



**Coleção Cadernos Pedagógicos
ProJovem Campo–Saberes da Terra**

Projeto Político- Pedagógico

Programa Nacional de Educação de Jovens
Integrada com Qualificação Social e Profissional
para Agricultores(as) Familiares





Ministério da
Educação

Ministério da Educação/Sead
Esplanada dos Ministérios
Bloco L - Edifício Sede
2º andar - sala 200
CEP 70.047-900
BRASÍLIA - DF



**Coleção Cadernos Pedagógicos
ProJovem Campo–Saberes da Terra**



Projeto Político- -Pedagógico

Programa Nacional de Educação de Jovens
Integrada com Qualificação Social e Profissional
para Agricultores(as) Familiares

BRASÍLIA | DF | 2010

Ministério da
Educação

©2010. Secad/MEC

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Diretoria de Educação para a Diversidade
Coordenação Geral de Educação do Campo

Coordenação

Armênio Bello Schmidt
Sara de Oliveira Silva Lima
Wanessa Zavarese Sechim

Equipe técnica pedagógica – Secad/MEC

Eduardo D’Albergaria de Freitas
Eduardo Góis de Oliveira
Gilson da Silva Costa
João Staub Neto
José Roberto Rodrigues de Oliveira
Lisânia de Giacometti
Michiele Moraes de Medeiros Delamôra
Oscar Ferreira de Barros

Equipe técnica pedagógica - UFPE/Nupep

João Francisco de Souza (In Memoriam)
Zélia Granja Porto
Karla Tereza Amélia Fornari de Souza
Rigoberto Fúlvio Melo Arantes
Maria Fernanda Alencar
Almeri Freitas de Souza

Equipe técnica pedagógica - UFPA

Jaqueline Cunha da Serra Freire
Evandro Medeiros
Romier da Paixão Souza
Evanildo Estumano

Editoração de comunicação

Dirceu Tavares de Carvalho Lima Filho

Projeto gráfico

Adrianna Rabelo Coutinho

Ilustração

Henrique Koblitz Essinger

Revisão

Antônio Neto das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec)

Projeto político pedagógico: Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) familiares / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

92 p. il. - (Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra).

ISBN 978-85-7994-054-5

1. Educação popular. 2. Agricultura familiar. 3. Educação de Jovens e Adultos. 4. Educação no Campo. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. II. Schmidt, Armênio Bello. III. Lima, Sara de Oliveira Silva. IV. Sechim, Wanessa Zavarese.

CDU 374.71

Sumário

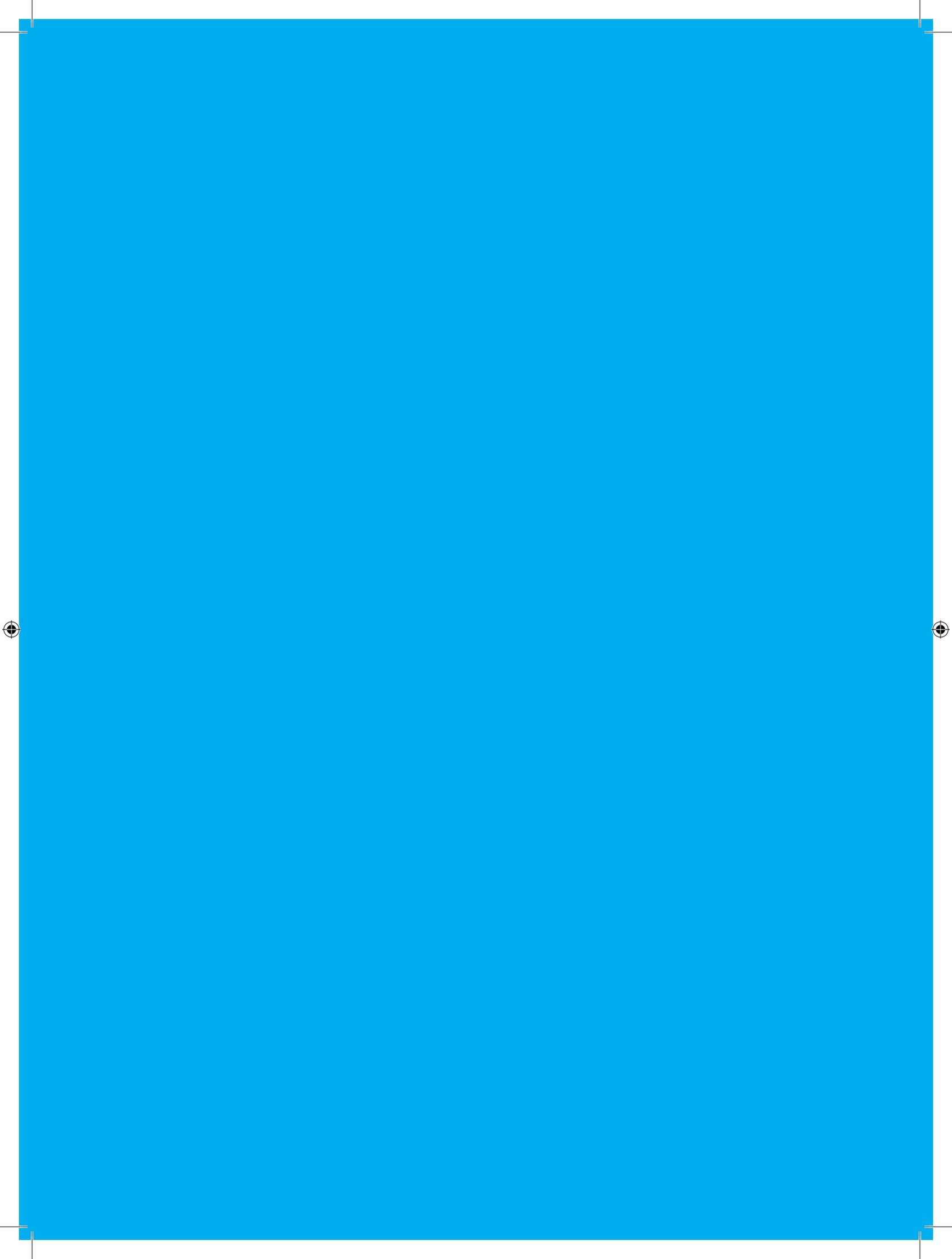
1. Apresentação	13
1.1. ProJovem Campo – Saberes da Terra	16
2. Justificativa	19
2.1. A Educação no Meio Rural Brasileiro	21
2.2. Educação e juventude no Campo: breve diagnóstico	24
2.3. Agricultura Familiar	26
3. Objetivos	29
3.1. Geral	29
3.2. Específicos	29
4. Metas	31
5. Público Beneficiário	33

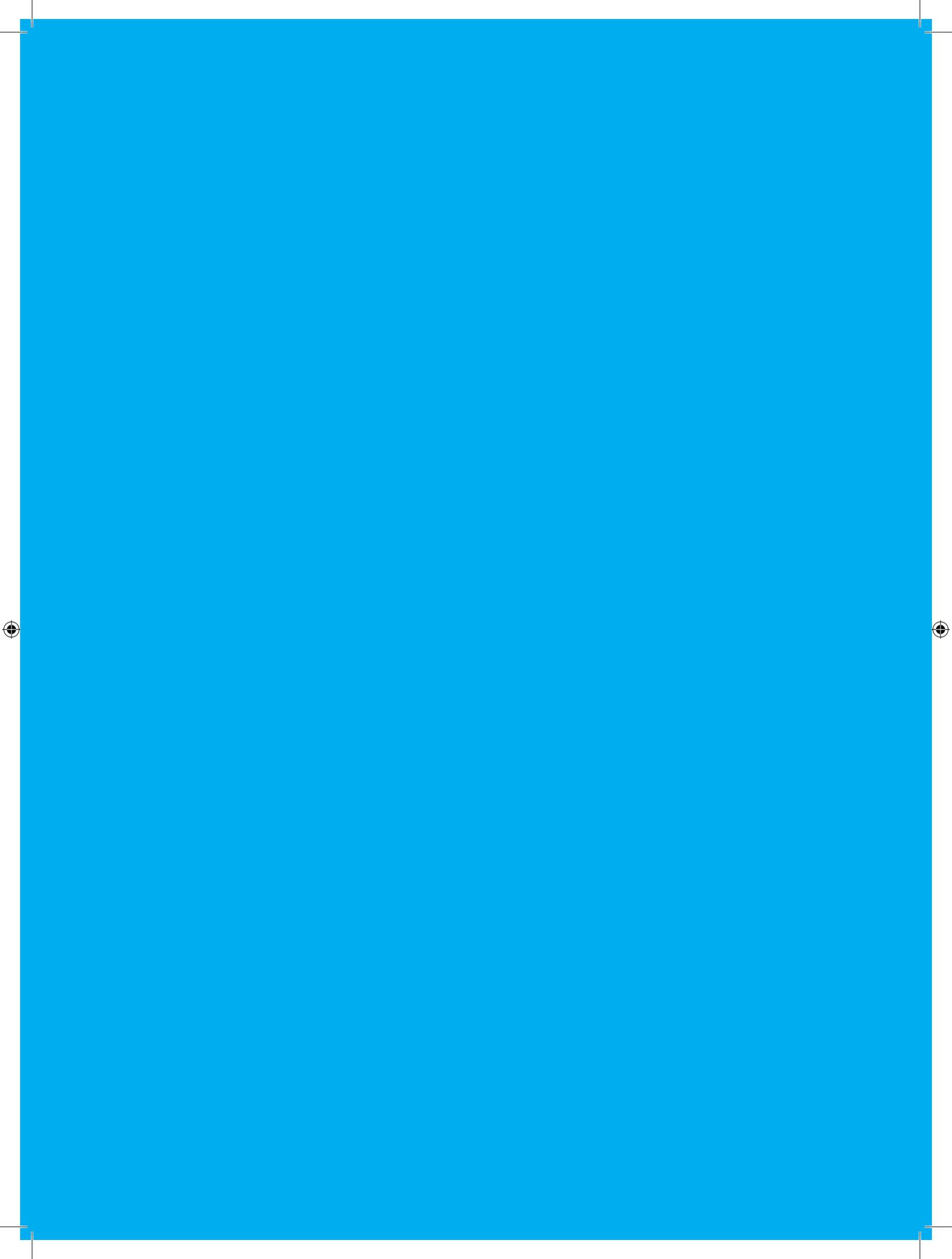
6. Projeto Político Pedagógico Integrado	35
6.1. Pressupostos do ProJovem Campo – Saberes da Terra	36
6.2. Aspectos Legais	36
6.3. Base Conceitual de Referência do Programa	39
6.3.1. Campo	40
6.3.2. Educação do Campo	40
6.3.3. Educação de Jovens e Adultos	42
6.3.4. Desenvolvimento Sustentável	43
6.3.5. Trabalho e Economia Solidária	43
6.3.6. Qualificação Profissional	44
6.4. Princípios Político-Pedagógicos	45
6.4.1. A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana	45
6.4.2. A valorização dos diferentes saberes no processo educativo	45
6.4.3. A compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem	45
6.4.4. A escola vinculada à realidade dos sujeitos	46
6.4.5. A educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável	46
6.4.6. A autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino	46
6.4.7. O trabalho como princípio educativo	46
6.4.8. A pesquisa como princípio educativo	47

7. Organização Curricular	49
7.1. Estrutura do Currículo	51
7.2. Eixos Temáticos	51
7.2.1. Agricultura Familiar: Cultura, Identidades, Etnia e Gênero	51
7.2.2. Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo	52
7.2.3. Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas	52
7.2.4. Economia Solidária	52
7.2.5. Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial	52
7.3. Arcos Ocupacionais	53
7.4. Ementa da Qualificação Social e Profissional	54
7.4.1. Formação Geral	54
7.4.2. Arco Ocupacional – Produção Rural Familiar	54
7.5. Aprendizagens da Qualificação Social e Profissional	58
8. Organização dos Tempos e Espaços Formativos	61
8.1. Tempo Escola	62
8.2. Tempo Comunidade	62
8.3. Aprendizagens do Tempo Escola – Tempo Comunidade	63
8.4. Carga Horária	64
8.5. Possibilidades de organização das turmas	64
8.5.1. Período Integral	64
8.5.2. 04 Horas Diárias	65
8.5.3. Finais de Semana	65



9. Formação Continuada de Professores, Educadores e Coordenadores Pedagógico	67
10. Avaliação	71
10.1. Monitoramento e Avaliação	72
11. Gestão e Estrutura Operacional	75
11.1. Comitê Gestor Interministerial	75
11.2. Comitê Pedagógico Nacional	76
11.3. Coordenação Executiva Nacional	76
11.4. Entes Executores	76
12. Financiamento	79
12.1. Pagamento de Bolsa – Auxílio Financeiro	80
13. Certificação	83
14. Inscrição, Matrícula e Organização das Turmas	85
15. Recursos Humanos	87
16. Materiais Didáticos e Publicações	89
17. Referências Bibliográficas	91





Apresentação

1



A construção de uma política educacional que reconheça as necessidades próprias dos sujeitos, a diversidade e a realidade diferenciada do campo, aliada à construção de uma política nacional de juventude em que os jovens do campo são reconhecidos como sujeitos de direitos constitui-se na prioridade do atual governo federal.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), com a intenção de respeitar o direito dos povos do campo¹ à educação, bem como suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial, entre outras), implementou o Programa Saberes da Terra - Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares.

A primeira etapa de execução do Saberes da Terra iniciou-se em dezembro de 2005 em doze Unidades da Federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC) junto às Secretarias Estaduais de Educação, representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes municipais em Educação (Undime), Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu, entidades e movimentos

sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de educação do campo.

O biênio 2005–2006 foi de implantação do Projeto Piloto Saberes da Terra. Nessa fase, foram realizadas:

- A formação de cinco mil educandos, com certificação correspondente ao ensino fundamental e qualificação profissional.
- Formação continuada de seiscentos profissionais da educação – professores, educadores, instrutores, técnicos e gestores – durante a implementação e execução do programa.
- Construção, em parceria com estados, municípios e movimentos sociais, de uma metodologia de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação profissional, realizando práticas pedagógicas integradas à agricultura familiar, à economia solidária e ao desenvolvimento sustentável contextualizadas nas diferentes realidades e necessidades regionais e culturais.
- A construção de metodologias para a elaboração de material didático.

¹ Estão sendo considerados povos do campo: agricultores/as familiares, assalariados, assentados ou em processo de assentamento, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros povos que lutam pela afirmação dos seus direitos do campo.

Arquivo Revista Agriculturas - experiências em agroecologia





co-pedagógico que possa ser replicado de acordo com o contexto de cada estado ou região.

- Produção de Cadernos Pedagógicos que tratam dos Eixos Temáticos do programa em três estados participantes.
- Quatro Seminários Nacionais de Formação das equipes pedagógicas estaduais.

No ano de 2007, o Ministério da Educação, por meio da Secad, participou do processo de construção do programa integrado de juventude conduzido pela Secretaria Nacional de Juventude/Presidência da República, no qual foram integrados seis programas já existentes: a) Agente Jovem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; b) ProJovem da Casa Civil; c) Saberes da Terra e Escola de Fábrica do Ministério da Educação; d) Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã do

Ministério do Trabalho e Emprego.

No processo de integração, foi resguardada a autonomia político-pedagógica das experiências acumuladas por cada programa. Como resultado desse processo, foi instituído pela Medida Provisória nº 411/07 o **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)**, que objetiva promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e cidadão. O Projovem está organizado em quatro modalidades: I) Projovem Adolescente; II) Projovem Urbano; III) Projovem Trabalhador; e IV) Projovem Campo – Saberes da Terra.

A partir de então, o Saberes da Terra passou a denominar-se de Projovem Campo Saberes da Terra, destinado à escolarização de jovens agricultores(as) em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação social e profissional.



1.1. PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA

O **ProJovem Campo – Saberes da Terra** constitui-se no Programa Nacional de Educação de Jovens integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares implementado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (secad) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Incluem-se, também, numa ação integrada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF), o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Presidência da República.

O programa se destina a desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência de jovens agricultores (as) familiares, situados na faixa etária de 18 a 29 anos, no sistema formal de ensino.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental com qualificação social e profissional e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002.

O recorte etário coaduna-se ao redesenho do programa que passa a ser componente de duas políticas de Estado – de educação do campo e de juventude – ambas indispensáveis para a qualificação social, formação profissional e construção da autonomia dos jovens do campo.

O programa será desenvolvido pelos entes federados estaduais ou municipais com prioritariamente nos Territórios da Cidadania, em parceria e com a participação efetiva de instituições públicas de ensino, organizações não governamentais e movimentos sociais do campo.

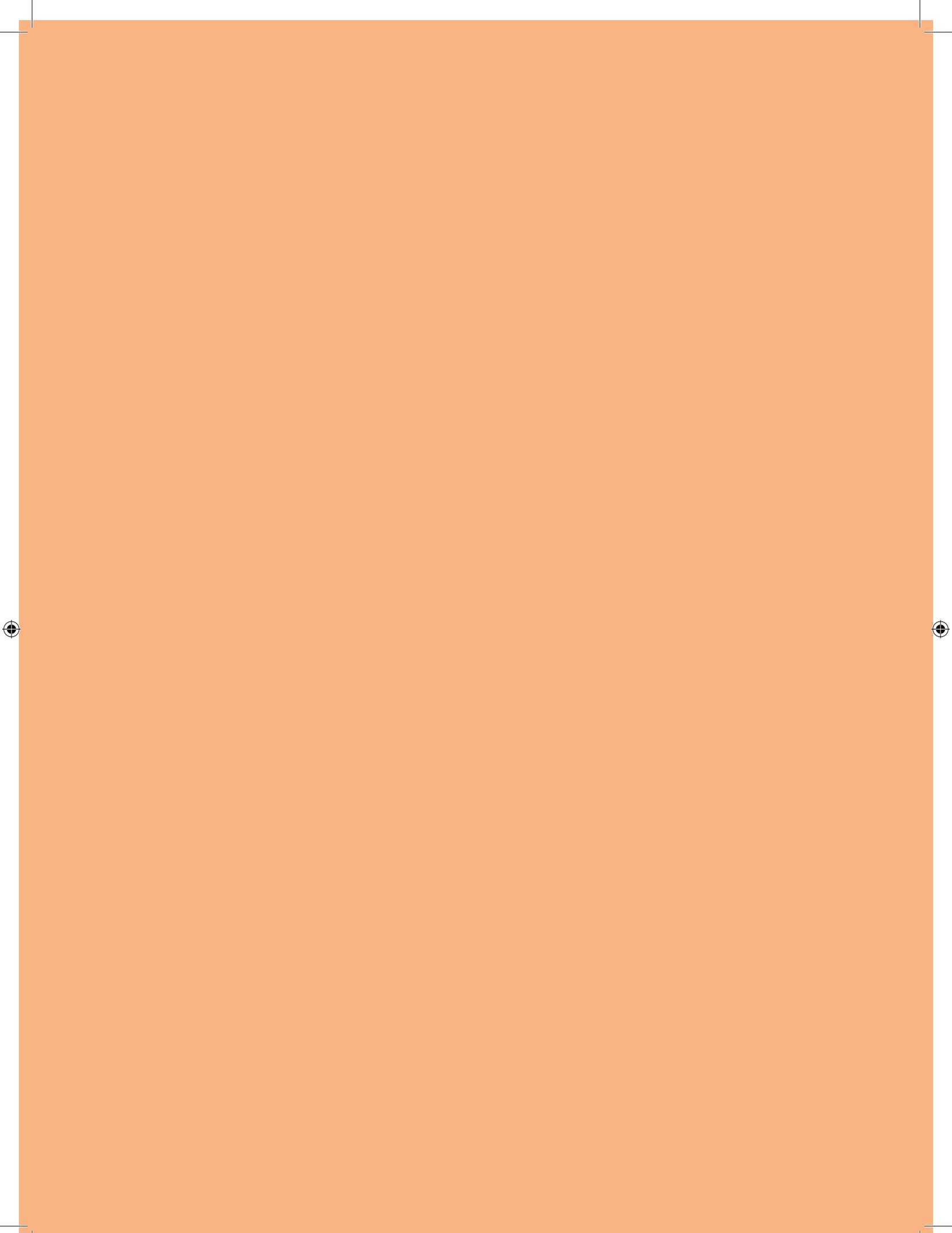
O programa tem como meta atender **275 mil jovens agricultores familiares** até 2011.

Em 2008, o projeto será desenvolvido em parceria com 21 estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Per-

nambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (região Nordeste); Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste); Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (região Sul); São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (região Sudeste); Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins (região Norte).

A realidade da educação e da juventude do campo no país, demonstrada a seguir, reforça a importância de uma política de educação do campo e de juventude, por meio de ações de formação/qualificações tais como ProJovem Campo – Saberes da terra.





Justificativa

2



Na faixa etária de 18 a 29 anos, existem mais de seis milhões de jovens agricultores. A desigualdade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos que vivem no campo e dos que vivem nas cidades está claramente demonstrada nas pesquisas populacionais e educacionais. Dados da Pnad de 2006 mostram que 1.641.940 jovens do campo (26,16%) não concluíram o primeiro segmento do ensino fundamental e 3.878.757 (61,80%) não concluíram a segunda etapa do ensino fundamental. Enquanto que, para os jovens das cidades, uma média de 18% e 30%, respectivamente, não concluíram os dois segmentos do ensino fundamental.

Como veremos no item 2.2, em todos os indicadores sociais e educacionais as populações do campo estão em desvantagem, seja eles relativos à matrícula, seja ao desempenho educacional dos alunos, seja à formação dos profissionais de educação, seja à infraestrutura física das escolas.

Essa realidade aponta para a necessidade de adoção de políticas que revertam a situação da educação oferecida aos indivíduos em idade escolar — a fim de se impedir que esse quadro se perpetue — e que, ao mesmo tempo, resgatem a dívida histórica da sociedade brasileira para com os jovens e adultos que vivem no campo e não tiveram a oportunidade de frequentar a escola.

Para enfrentar esses problemas, deve-se enfocar tanto o problema da escolarização quanto o da qualificação profissional, fortalecer e ampliar o acesso e a permanência de agricultores familiares no sistema formal de ensino, oferecer oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e propiciar ações para o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania.

É preciso, ainda, superar a dicotomia histórica entre a educação básica (fundamental, média e de jovens e adultos) e a

formação profissional. Para isso, deve-se atuar na formação continuada de educadores, professores e coordenadores, de modo a promover a sua integração e fortalecer o desenvolvimento de metodologias adequadas às especificidades da Educação de Jovens e Adultos para o campo.

A importância histórica, social e econômica da agricultura familiar para o campo brasileiro é outra variável que deve ser considerada na escolarização com qualificação social e profissional. É preciso dar ênfase a essa forma de organização do trabalho, que mantém na família o controle sobre as decisões que se referem à cultura e à atividade a ser explorada. O trabalho exercido pelo grupo familiar destina-se prioritariamente ao sustento da própria família, mas não exclui a produção de excedentes para comercialização e geração de renda.

O Censo Agropecuário 1995/1996, realizado pelo IBGE, revela que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertence a grupos familiares. A atividade agrícola, para 13,8 milhões de pessoas, representa praticamente a única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural.

A base legal e normativa — LDBEN e Diretrizes Operacionais da Educação do Campo — para a instituição de políticas públicas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no campo prescreve a adequação do calendário escolar às condições climáticas e ao ciclo agrícola, bem como a contextualização da organização curricular e das metodologias de ensino às características e realidades da vida dos povos do campo.

Com base nessas referências, o ProJovem Campo – Saberes da Terra se orienta pelos seguintes pressupostos:

- A Educação de Jovens e Adultos é um direito dos povos do campo, um instrumento de promoção da cidadania e deve ser uma política pública dos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino.
- O trabalho e a qualificação profissional é um direito dos povos do campo.
- A Educação de Jovens e Adultos é uma estratégia viável de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial.
- A educação é afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, da diversidade de orientação sexual e socioambiental.
- Existem sujeitos sociais que possuem projetos políticos e pedagógicos próprios.

Desse modo, as informações apresentadas reforçam a necessidade de implantação de políticas públicas que atendam às demandas do campo brasileiro, em especial da sua juventude.

2.1. A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

No âmbito das políticas públicas para a educação, pensava-se, e muitos pensam ainda, que o problema da educação das populações que vivem fora das cidades é a sua localização geográfica e a baixa densidade populacional nas regiões rurais. Isso implicava, entre outras coisas, a necessidade de serem percorridas grandes dis-

tâncias entre casa e escola e o atendimento de um número reduzido de alunos, com consequências diretas nos gastos para a manutenção do então denominado ensino rural.

O modelo escravocrata utilizado por Portugal para colonizar o Brasil e, mais tarde, os adotados pelos próprios brasileiros para a colonização do interior do país – de exploração brutal pelos proprietários de terra dos trabalhadores rurais, aos quais eram sistematicamente negados direitos sociais e trabalhistas – geraram um forte preconceito em relação aos povos que vivem e trabalham no campo, bem como uma enorme dívida social.

Ao mesmo tempo, a suposição de que o conhecimento “universal” produzido pelo mundo dito civilizado deveria ser estendido – ou imposto – a todos, de acordo com a “capacidade” de cada um, serviu para escamotear o direito a uma educação contextualizada, promotora do acesso à cidadania e aos bens econômicos e sociais, que respeitasse os modos de viver, pensar e produzir dos diferentes povos do campo. Ao invés disso, ofereceu-se a uma pequena parcela da população rural, uma educação instrumental reduzida ao atendimento de necessidades educacionais elementares e ao treinamento de mão-de-obra.

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova², que buscava diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas de educação e preconizava a organização de uma escola democrática, em que o Estado assumisse uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do sistema educacional, a favor de um novo sistema de educação vinculado ao trabalho e à formação da personalidade moral.

Segundo o Manifesto dos Pioneiros, a escola deveria proporcionar a aquisição

² O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lutou por uma escola pública democrática, aberta à valorização das experiências dos educandos. Uma das ideias estruturais do movimento diz que as escolas deviam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimentos e tornar-se pequenas comunidades, onde houvesse maior preocupação em entender e adaptar-se a cada criança do que em encaixar todas no mesmo molde.

de uma cultura geral comum e possibilitar especializações para as atividades intelectuais (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico) agrupadas em: extração de matérias-primas (agricultura), minas e pesca; elaboração de matérias-primas (indústria); distribuição de produtos elaborados (transportes e comércio). Nessa proposta, porém, as demandas do campo e da cidade eram igualmente consideradas e contempladas.

Entretanto, a separação entre a educação das elites e a das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942. De acordo com essas Leis, o objetivo do ensino secundário e normal seria “formar as elites condutoras do país” e o objetivo do ensino profissional seria oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho.”³

³ Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4.244/42), do Ensino Industrial (Decreto-Lei n.º 4.073/42); do Ensino Comercial (Decreto-Lei n.º 6.141/43); do Ensino Primário (Decreto-Lei n.º 8.529/46), do Ensino Normal (Decreto-Lei n.º 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei n.º 9.613/46).

Na década de 1960, a fim de atender aos interesses da elite brasileira preocupada com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampliarão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”.

O mesmo enfoque instrumentalista e de ordenamento social veio caracterizar a formação de técnicos para as atividades agropecuárias. Em meados da década de 1960, por ocasião da implantação do modelo Escola-Fazenda no ensino técnico agropecuário,

os currículos oficiais foram elaborados com enfoque tecnicista para atender ao processo de industrialização em curso.

No mesmo período, ocorreu um vigoroso movimento de educação popular. Protagonizado por educadores de universidades, movimentos religiosos ou partidos políticos de orientação de esquerda, seu propósito era fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais, em oposição à importação de ideias pedagógicas alheias à realidade brasileira.

Em 1964, com a instauração do governo militar, as organizações voltadas para a mobilização política da sociedade civil – entre elas, o Centro Popular de Cultura (CPC), criado no ano de 1960 em Recife(PE); os Centros de Cultura Popular (CCP), criados pela União Nacional dos Estudantes em 1961, e o Movimento Eclesial de Base (MEB), órgão da Confederação Geral dos Bispos do Brasil – sofreram um pesado processo de repressão política e policial. Essa repressão resultou na desarticulação e na suspensão de muitas dessas iniciativas.

Ao mesmo tempo em que reprimiu os movimentos de educação popular, o governo militar, diante da elevada taxa de analfabetismo que o país registrava, buscando atingir resultados imediatamente mensuráveis, instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), o qual se caracterizou como uma campanha de alfabetização em massa, sem compromisso com a escolarização.

No processo de resistência à ditadura militar, mais efetivamente a partir de meados da década de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente as ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estra-

tégicos para a redemocratização do país. A ideia era reivindicar e, simultaneamente, construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses.

Nesse ambiente político, aliando mobilização e experimentação pedagógica, passam a atuar juntos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores ligados à resistência à ditadura militar, partidos políticos de esquerda, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da Igreja Católica identificados com a teologia da libertação e as organizações envolvidas com a reforma agrária, entre outros. O objetivo era o estabelecimento de um sistema público de ensino para o campo, baseado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural.

Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB).

Outras iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs) que, juntas, constituem-se nos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas). Essas instituições, inspiradas em modelos franceses e criadas no Brasil a partir de 1969 no estado do Espírito Santo, associam aprendizado técnico com o conhecimento crítico do cotidiano comunitário. A proposta pedagógica denominada pedagogia da alternância, é operacionalizada a partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar.

Esse modelo tem sido estudado e elo-

giado por educadores brasileiros e é apontado pelos movimentos sociais como uma das alternativas promissoras para uma educação do campo com qualidade, por articular o aprendizado escolar com as vivências produtivas das populações do campo.

A partir desse contexto de mobilização social, a Constituição de 1988 consolidou o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece uma base comum a todas as regiões do país, a ser complementada pelos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino, e determina a adequação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural de cada região.

Em 1998, foi criada a *Articulação Nacional por uma Educação do Campo*, entidade supra organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo como um direito público inalienável. Dentre as conquistas alcançadas por essa articulação, estão: a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo, em 1998 e 2004; a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002; e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003.

Incentivado a construir uma agenda específica para a educação do campo, em 2004, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), criou a Coordenação-Geral de Educação do Campo (CGEC), com o objetivo de elaborar políticas públicas específicas aos povos do campo, assim como apoiar iniciativas



pedagógicas para o atendimento dessa demanda a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades. Em 2007, o Ministério da Educação, por meio da Portaria Nº 1.258/07, institui a Comissão Nacional de Educação do Campo, órgão colegiado de caráter consultivo com a atribuição de assessorar o MEC para a elaboração de políticas públicas em educação do campo.

O ProJovem Campo-Saberes da Terra surge nesse contexto histórico de mobilização em prol da garantia dos direitos públicos dos povos do campo e representa um desafio político-pedagógico de escolarização, em nível fundamental, com qualificação social e profissional para os jovens agricultores do Brasil. Representa um desafio por se tratar de um programa que representa uma inovação para o conjunto de políticas da educação nacional, caracterizado por uma pedagogia que vincula educação e trabalho a um paradigma de educação e sociedade, cujo objetivo é construir uma nova dimensão de desenvolvimento do campo.

2.2. EDUCAÇÃO E JUVENTUDE NO CAMPO: BREVE DIAGNÓSTICO

Cerca de trinta milhões de brasileiros vivem no campo e encontram-se em franca desvantagem, tanto em termos de capital físico (recursos financeiros), quanto de

capital sociocultural (escolaridade e frequência à escola, entre outros elementos) em comparação à população urbana. Do ponto de vista do capital físico, a desigualdade de oportunidades fica evidenciada quando se constata que o rendimento médio mensal do trabalhador do campo corresponde a 38% do rendimento médio do trabalhador urbano. No que se refere ao capital sociocultural, o nível de instrução e o acesso à educação dessa população são importantes indicadores da desigualdade social existente entre o campo e a cidade.

Embora a legislação determine a obrigatoriedade da educação para crianças na faixa etária de sete a catorze anos e tenha ampliado a duração do ensino fundamental para nove anos, a escolarização das populações do campo ainda apresenta uma situação problemática e desigual. De modo geral, as escolas possuem instalações precárias e improvisadas e oferecem apenas as séries iniciais do ensino fundamental.

Segundo os dados do Inep de 2006, do total de 86.129 estabelecimentos de ensino rurais, 50.176 (37,4%) são exclusivamente multisseriadas, e, na maioria das vezes, com professores unidocentes pouco qualificados e mal remunerados. A organização curricular geralmente desconsidera a realidade das pessoas do campo e a sua diversidade sociocultural.

⁴ Anara – Associação Nacional pela Reforma Agrária. Ceffas – Centros Familiares de Formação em Alternância. Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. CUT – Central Única dos Trabalhadores. MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Resab – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro.

“É a partir do trabalho que nos fazemos [humanos]. Trabalho é a capacidade intelectual e física que tem todo ser humano de transformar a natureza, a sociedade e a própria vida.”
Paulo Freire

Esses, entre outros fatores, têm contribuído com a baixa escolarização no campo, demonstrando a histórica incapacidade do Estado brasileiro, em suas diversas instâncias, de atender dignamente à demanda de escolarização dessas populações. Indicam também que a educação praticada no meio rural brasileiro tem contribuído pouco com as necessidades de desenvolvimento dessas populações.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, 29,8% da população do campo com quinze anos ou mais é analfabeta, enquanto que na área urbana o indicador é de 10,3%.

Dados do IBGE de 2001 indicam que o percentual da população com quinze anos ou mais de idade sem instrução ou com menos de um ano de estudo corresponde a 16,2 milhões de pessoas. Entre as faixas mais jovens, os dados também preocupam: na faixa etária de 15 a 19 anos, 21,7% dos jovens não concluíram o equivalente às quatro séries iniciais do ensino básico e 66,7% não completaram os oito anos de escolaridade obrigatória. Os índices para a faixa etária de vinte a 24 anos, apesar de melhores, confirmam o fenômeno da escolarização tardia e do atraso devido à repetência: 20,1% não concluíram as quatro séries iniciais, e 55,9% não adquiriram a escolaridade básica de oito anos.

Quando comparados os indicadores das populações do campo e das populações urbanas, constata-se que a escolaridade média da população do campo com quinze anos ou mais corresponde a 3,4 anos, menos que a metade da média estimada para a população urbana que é de sete anos de escolarização. Os índices do analfabetismo também apontam uma distância considerável: somente 66% dos jovens de quinze a dezessete anos frequentam a escola; 29,8% da população adulta rural é analfabeta, enquanto que, na zona urbana, esse índice

é de 10,3%. Nesses dados não estão incluídas aquelas pessoas com menos de quatro séries do ensino fundamental.

Por outro lado, nas últimas décadas, ampliaram-se iniciativas educacionais desenvolvidas pelos movimentos sociais e organizações não governamentais do campo (Anara, Ceffas, Contag, Fetraf, CUT, MAB, MST, Resab, entre outros)⁴. A disseminação de tantas iniciativas educacionais vai se configurando como um terreno de experimentação de diferentes concepções educativas e de propostas pedagógicas, assim como de produção teórica sobre a educação do campo. Essas organizações têm apresentado avaliações positivas nos processos de escolarização que realizam,⁵ além de apresentarem propostas pedagógicas e organizações curriculares coerentes e adequadas aos tempos e espaços da vida cotidiana das pessoas do campo. Há também um intenso envolvimento dessas organizações e movimentos com a formação continuada de professores e de monitores responsáveis pela condução das propostas pedagógicas, o que se diferencia significativamente dos processos formativos convencionais.

A pesquisa “O perfil da juventude brasileira”⁶ considera que os dados levantados permitem a informar sobre questões de extrema importância, embora a referida pesquisa tenha trabalhado com uma amostra reduzida de jovens rurais (19% do total da população pesquisada – 669 jovens rurais).

Em relação ao trabalho e formação profissional dos jovens, a pesquisa destaca que 90% dos jovens entrevistados não passaram por nenhum curso de capacitação, e a profissionalização é feita por meio do aprendizado direto na prática; 95% consideram a escola importante para o seu futuro profissional, e 80% a consideram importante para conseguirem um emprego hoje; somente 30% dos jovens

⁵ A FETRAF SUL/CUT, no período de 1999 a 2002, realizou a escolarização de aproximadamente quatro mil agricultores (as)/familiares/(as) na região Sul do Brasil na modalidade EJA, com qualificação profissional e atuou na formação continuada de aproximadamente 150 educadores e técnicos envolvidos no projeto Terra Solidária. A CUT também desenvolveu o Projeto Semear na Bahia. As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) possuem 127 unidades em funcionamento e atendem a aproximadamente 10.779 estudantes atendidos, 25.400 famílias. As Casas Familiares Rurais (CFRs) possuem 91 unidades em funcionamento (Queiroz, 2004).

⁶ Desenvolvida e coordenada pelo Instituto Cidadania em 2004, organizada por Maria José Carneiro.



residentes no campo e que trabalham na cidade têm carteira de trabalho assinada; os demais são assalariados sem registro ou fazem “bico”; dos que trabalham ou trabalharam (independe do local de residência), 42% ganham meio salário mínimo, e 27% ganham entre meio e um salário mínimo; dos 24% que trabalham no campo, 14% estão inseridos em estabelecimentos de agricultura familiar, enquanto apenas 8% são assalariados sem registro e 2% são ajudantes familiares sem remuneração.

Entre outros aspectos da pesquisa, é destacado que 24% dos jovens demandam por atividades culturais (cinema, teatro, shows etc.), apesar de ocuparem os fins de semana assistindo TV, ajudando em casa ou encontrando os amigos; 60% dos jovens rurais declararam ler ou assistir noticiários sobre política; 81% dos jovens rurais nunca participaram de associações ou grupos comunitários.

Na compreensão dos jovens a ausência de espaços de lazer é um dos fatores responsáveis pela avaliação negativa do campo e do desejo de migrar; do mesmo modo, manifestam o desejo de permanecer na localidade de origem, desde que ocupados em atividades não agrícolas.

2.3. AGRICULTURA FAMILIAR

O ProJovem Campo – Saberes da Terra reconhece a agricultura familiar como uma forma de organização do trabalho por meio do controle sobre as decisões referidas à produção, à cultura e à criação a serem exploradas, restritas ao grupo familiar. Na agricultura familiar, a produção destina-se ao sustento da própria família e o excedente é destinado ao mercado, contribuindo para a criação de uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do campo e do país.

Estima-se que, no Brasil existam cerca de 4.859.864 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro) estabelecimentos rurais (IBGE, 1996). Desses, cerca de 85,2% são de estabelecimentos familiares.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentam dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural.

O agricultor familiar agrega em seu trabalho diversas especializações. Ele é culturalmente pluriativo por assumir diversas ocupações; isso significa, na maioria das vezes, ser ao mesmo tempo: agricultor, pecuarista, pescador, construtor, administrador, comerciante, industriador,⁷ artesão, ecologista, extrativista, líder comunitário, entre outros.

Diante dessa diversidade cultural e produtiva, a agricultura familiar possui uma importância fundamental no processo de desenvolvimento do país em suas várias dimensões. Do ponto de vista da garantia da sobrevivência das famílias, percebe-se que a produção para o consumo vem garantindo a segurança alimentar de inúmeras famílias que moram no campo. Além do autoconsumo, a produção na agricultura familiar possui a capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado, amplia o acesso aos alimentos e garante a reciprocidade entre produção e consumo nas relações campo e cidade.

⁷ Aquele que industria, ou seja, que tem habilidade ou aptidão para realizar algo, especialmente para executar trabalho manual; arte, destreza, perícia capacidade de criar, de produzir com arte, habilidade, sensibilidade; artifício, criatividade, engenho ato de colocar essas habilidades em prática; ação, atividade, obra.

A ênfase na Agricultura Familiar justifica-se pela importância histórica, social e econômica que esta modalidade de organização social e produtiva apresenta no campo brasileiro. Considerando-se que a Agricultura Familiar é uma atividade produtiva complexa, os profissionais que atuam nesta atividade revestem-se de uma particularidade que os diferencia dos trabalhadores urbanos ou agricultores que atuam nas propriedades de grande porte que dependem de mão de obra externa maior que a mão de obra da família.

A propriedade do agricultor familiar é considerada “pequena” com poucos módulos rurais para a manutenção de todos membros da família. Historicamente, o agricultor familiar produz nesse espaço praticamente tudo o que é necessário para garantir a existência dos seus filhos, tais como alimentos, lazer e abrigo. Em decorrência desse processo produtivo, existe uma forte tendência à solidariedade entre os membros destas sociedades.

Neste tipo de organização social nem sempre é necessária uma divisão rígida das atividades. Dessa forma, o modo de

produção está fundado no trabalho solidário da família consangüínea e a família comunitária; a circulação de moeda é menor que a circulação de mercadorias e serviços e os trabalhos são organizados na base dos mutirões, tração ou surpresa,⁸ troca de dias e aluguel de mão-de-obra, entre outras formas produtivas que representam o universo do trabalho campesino.

Dada a sua vitalidade para garantir a qualidade de vida dos cidadãos campesinos, a Agricultura Familiar torna-se o eixo articulador no processo educacional do ProJovem Campo – Saberes da Terra. A Agricultura Familiar fundamenta o fazer pedagógico, o currículo e a metodologia do Programa, pois está centrado na formação de jovens agricultores com vistas à construção de um novo projeto de educação e sociedade campesina. O processo de escolarização e qualificação social e profissional tem na Agricultura Familiar um paradigma de educação voltado para o aprendizado de conceitos, princípios e fazeres necessários à construção de um país que tenha satisfatória qualidade de vida, educação e trabalho para os povos do campo.

⁸ Surpresa significa uma atividade coletiva que simboliza a solidariedade, o festejar coletivo, a cultura do campo, entre outras manifestações.

Arquivo Saberes da Terra/Piauí





Objetivos

3

3.1. OBJETIVO GERAL

Desenvolver políticas públicas de educação do campo e de juventude que oportunizem a jovens agricultores(as) familiares excluídos do sistema formal de ensino a escolarização em ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elevar a escolaridade e proporcionar a qualificação profissional inicial de agricultores(as) familiares.
- Estimular o desenvolvimento sustentável como possibilidade de vida, trabalho e constituição de sujeitos cidadãos no campo.
- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade de EJA no campo.
- Realizar formação continuada em metodologias e princípios político - pedagógicos voltados às especificidades do campo para educadores(as) envolvidos no programa.
- Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados ao desenvolvimento da proposta pedagógica.
- Estimular a permanência dos jovens na escola por meio da concessão de auxílio financeiro.



Metas

4

Arquivo Saberes da Terra - Maranhão



O **Projovem Campo – Saberes da Terra** tem como meta atender a 275.000 (duzentos e setenta e cinco mil) jovens agricultores(as) familiares, sendo:

- 2008 – 35 (trinta e cinco) mil jovens;
- 2009 – 24 (vinte e quatro) mil jovens;
- 2010 – 85 (oitenta e cinco) mil jovens;
- 2011 – 85 (oitenta e cinco) mil jovens.



Público beneficiário

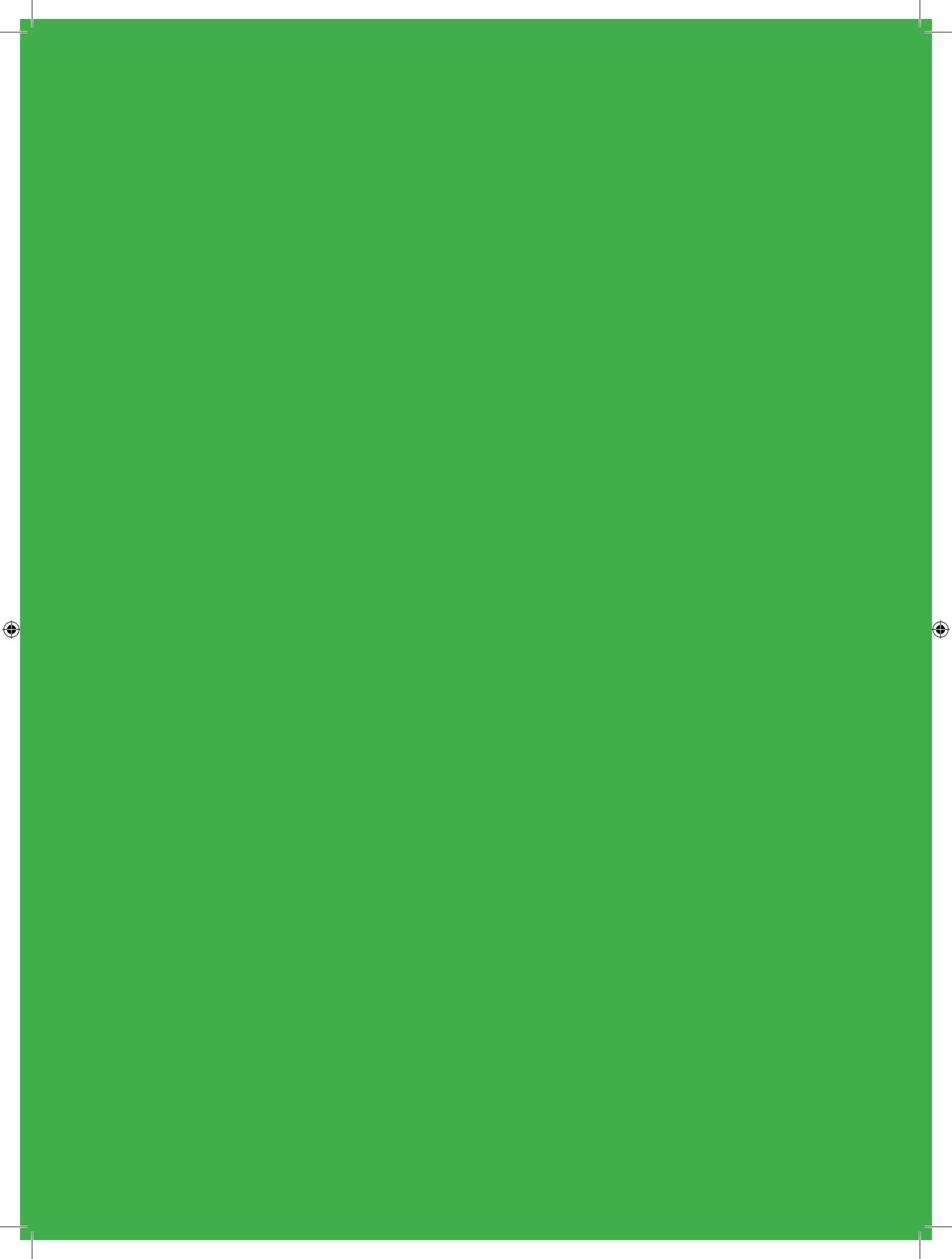
5

Arquivo Saberes da Terra – Piauí

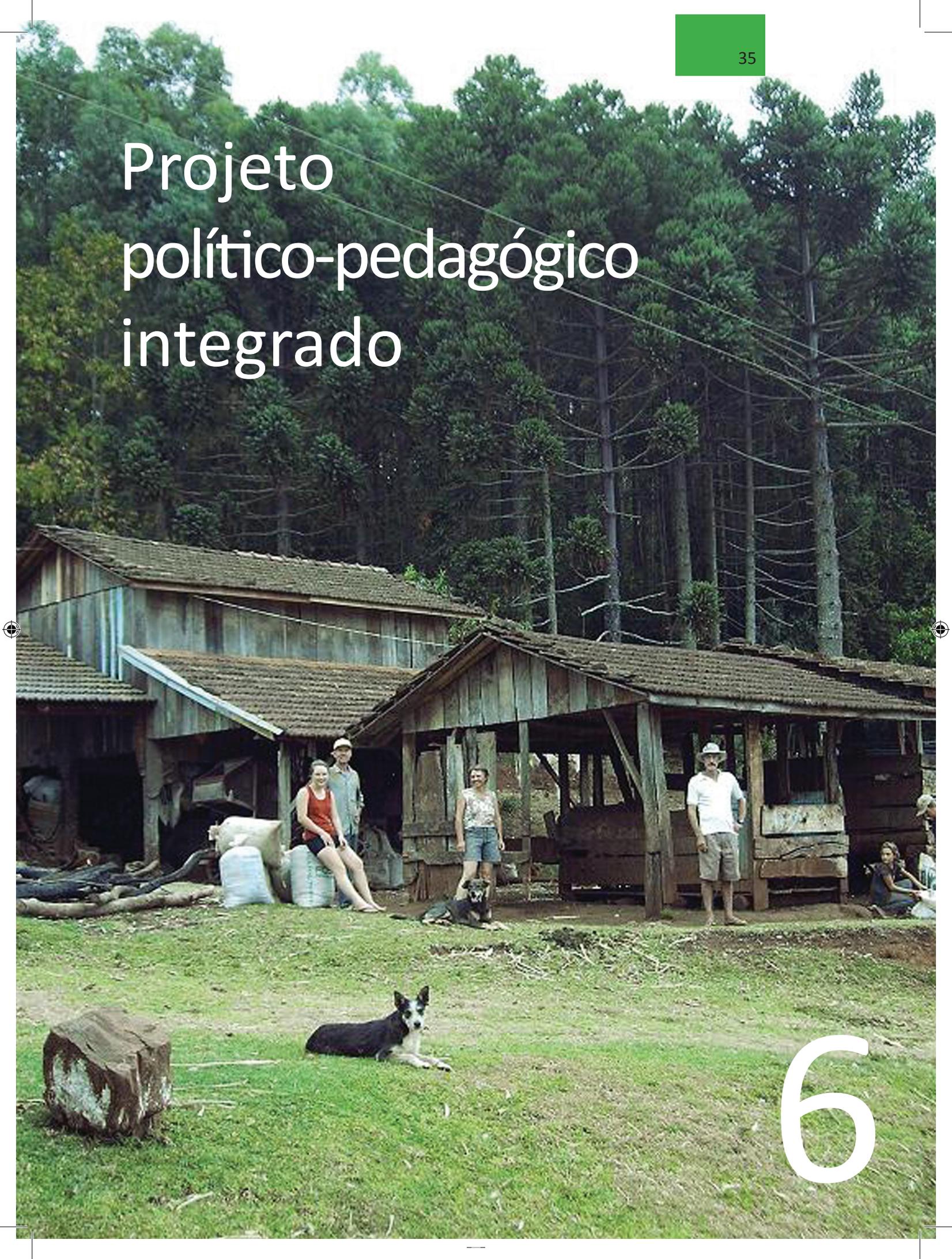


Jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar, residentes no campo, que saibam ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental.

Serão considerados agricultores familiares os educandos que cumpram os requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.



Projeto político-pedagógico integrado



6

6.1. PRESSUPOSTOS DO PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA

A implementação do programa se orienta pelos seguintes pressupostos:

- A educação como direito dos jovens do campo;
- A educação de jovens na modalidade de EJA como elemento constitutivo da política pública nos sistemas de ensino;
- A educação de jovens como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial;
- A escolarização, o trabalho e a qualificação social e profissional como direito dos jovens do campo;
- A educação como afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, de orientação sexual e socioambiental;
- A existência de sujeitos sociais que possuem projetos políticos e pedagógicos próprios.

6.2. ASPECTOS LEGAIS

A legislação educacional brasileira apresenta uma vasta base legal para a instituição de políticas públicas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no campo. Construir um projeto político-pedagógico que possa inserir o calendário escolar às condições climáticas e ao ciclo agrícola, contextualizar a organização curricular e as metodologias de ensino às características e realidades da vida dos povos do campo são determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN).

Desse modo, o presente programa trata da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Em seu Art. 4º, a referida lei estabelece que:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...)

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

A LDBEN determina em seu Art. 5º que “o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”. Para assegurar a obrigatoriedade escolar o poder público deverá criar “formas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior” (Art. 5º § 5º).

É garantido ainda na LDBEN em seu Art. 37 que “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Nos parágrafos desse artigo são estabelecidos que:

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e

Arquivo Saberes da Terra – Mato Grosso do Sul



aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Reconhecendo as especificidades da educação do campo, a referida lei estabelece no seu Art. 28º que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação ao trabalho na zona rural.

Sobre as formas de organização da educação básica a lei prevê em seu Art. 23:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização,

sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei. (Art. 23º).

Esse aspecto é de fundamental importância para a integração entre trabalho e escolarização, pois possibilita a permanência dos estudantes na escola, o que torna a adequação do calendário escolar um fator significativo para o acesso e progressão dos estudantes no sistema educacional.

A dimensão da qualificação profissional inicial do programa é assegurada legalmente com os seguintes artigos da LDBEN Lei nº 9394/96:

Art. 39º. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41º. O conhecimento adquiri-

do na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

O Decreto nº 5.154/2004 que regulamenta os artigos 39 a 41 da LDBEN, apresentados acima, determina que a educação profissional será desenvolvida por meio de:

Cursos e programas de formação inicial e continuada nos formatos capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização em todos os níveis de escolaridade, ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social (Art. 3º).

Estabelece ainda o § 2º do Art. 3º do mesmo decreto:

Os cursos mencionados (...) articular-se-ão preferencialmente, com cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001) prevê que o Estado deve:

Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de quinze anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.

Assegurar, até o final da década, a oferta de curso equivalentes às

quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de quinze anos ou mais que concluiu as quatro séries iniciais.

Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos.

Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos.

Dobrar em cinco anos e quadruplicar em dez anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.

De acordo com o Art. 3º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002):

O poder público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à educação básica e à educação profissional de nível técnico.

A Resolução 01/2002 do CNE/CEB, em seu Art. 6º estabelece:

O poder público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração

entre a União, os estados, o Distrito federal e os municípios, proporcionará educação infantil e ensino fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, (...).

Na resolução supracitada é estabelecido no Art. 7º:

É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, por meio de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimentos escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política da igualdade.

O Plano Nacional de Juventude,⁹ ao ⁹Projeto de Lei 4.530/2004. focar a juventude rural, propõe como objetivos e metas disseminar programas de capacitação e formação profissional na área rural, implantar programas de estímulo à agroecologia e à produção orgânica; buscar capacitação para a juventude rural em organização da produção, entre outros objetivos. O ProJovem Campo – Saberes da Terra vem ao encontro dos fundamentos, objetivos e metas do referido plano.

As possibilidades e, mais que isso, as exigências apontadas pela legislação educacional brasileira e os instrumentos da política de juventude, aliadas a uma proposta de educação brasileira que coloca na agenda pública de um governo democrático popular a diversidade, a inclusão e a cidadania fortalecem a importância e necessidade de uma política de Estado para as populações do campo.

6.3. BASES CONCEITUAIS DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA

O ProJovem Campo – Saberes da Terra

caracteriza-se por levar em conta as especificidades do campo e as condições de vida dos(as) jovens agricultores(as) familiares.

Responder efetivamente a esse desafio pedagógico requer a definição de bases conceituais que criam a referência político-pedagógica do programa, entre elas a concepção de **campo, educação do campo, educação de jovens e adultos, desenvolvimento sustentável, trabalho, economia solidária e qualificação social e profissional.**

6.3.1. CAMPO

O ProJovem Campo – Saberes da Terra reconhece o campo como um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações econômicas internacionais.

Mesmo sendo um espaço socialmente integrado, o campo mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o diferenciam de qualquer espaço social e produtivo. A manutenção dessas particularidades é o reflexo da compreensão de campo enquanto produto e produtor de culturas. Portanto, não se supõe a existência do campo como um universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tem uma lógica exclusiva de funcionamento e reprodução.

O campo compreendido a partir do conceito de territorialidade é o lugar marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. É espaço emancipatório, quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à

terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio dos vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar como um espaço vivido, são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável¹⁰.

Mais do que um perímetro não-urbano, o campo expressa um conjunto de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da humanidade. Toda essa diversidade de coletivos humanos apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologias, valores e culturas. A educação desses diferentes grupos tem especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e nos projetos pedagógicos. Por isso, o campo e a cidade ou o rural e o urbano são apreendidos como dois pólos de um *continuum*, com especificidades que não se anulam e nem se isolam, mas, antes de tudo, articulam-se.

6.3.2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

O ProJovem Campo – Saberes da Terra concebe a educação do campo como um projeto de desenvolvimento da sociedade camponesa que incorpora os espaços das florestas, das águas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher para si os espaços pesqueiros, caixas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros, e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.

Fundamentada nas práticas sociais

¹⁰ Conceito difundido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Proposta técnica de intercâmbios de experiências inovadoras de educação e cultura para o fortalecimento do desenvolvimento territorial*, s.d. (mimeo.)

dos agricultores familiares, a educação do campo enfrenta os processos de alienação dirigidos contra o camponês, tais como o esvaziamento e a precarização da produção, da cultura e da escola do campo. Segundo essa visão de alienação, existe um esvaziamento cultural do trabalho e da educação, provocado pela desvalorização crescente da escola e da cultura do campo diante do avanço da modernização da agricultura no Brasil. Sobre essa lógica, Arroyo (2004) enfatiza que a modernização da agricultura nunca foi um potencial de desenvolvimento da escola do campo, pelo contrário, aquela considera esta como um espaço vazio, inculto. Para essa linha de pensamento o trabalho na agricultura necessita de poucas letras.

A educação do campo sustenta-se na valorização da vida do campo com o objetivo de construir políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo satisfatoriamente, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre a educação, agricultura familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB, 2002) expressam no Art. 2º, § Único, uma compreensão de educação do campo que vincula a identidade da escola à valorização da vida camponesa:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigi-

das por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Grifo nosso)

Considerando que a educação do campo não se resume à escola, as diretrizes operacionais incentivam a construção de projetos institucionais das escolas do campo que devam ser a “expressão do trabalho compartilhado” e constituindo-se num “espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho”, a fim de se buscar um “desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável” das práticas sociais dos povos do campo (Art. 4º).

Como se vê, a educação do campo compreende que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas, o que significa que um projeto de educação do campo leva em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem.

Dois aspectos precisam ser considerados na educação do campo: o primeiro, diz respeito à superação da dicotomia entre rural e urbano e o segundo, à necessidade de recriar os vínculos de pertença dos sujeitos ao campo. Esses dois aspectos somados à diversidade dos povos do campo exigem um processo educativo que afirme **a educação como um processo ao longo da vida**.

Compreender o campo e a educação do campo como um espaço socialmente integrado ao mundo rural e urbano resulta na promoção de uma identidade coletiva que fortaleça a criação de parcerias entre os diversos segmentos sociais, visando a criação de políticas públicas por meio de novas experiências de escolarização e de inovação no processo educacional.

O ProJovem Campo – Saberes da Ter-

¹¹ MEC. Educação de Jovens e Adultos, 2004, p. 1 (Mimeo.)

ra se fundamenta nesses marcos teóricos e operacionais de educação do campo e propõe a construção de um projeto educativo que deva tratar os cidadãos camponeses como sujeitos das suas produções, utilizando os recursos naturais de modo sustentável na produção de sua própria existência.

6.3.3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Art. 3º da Declaração de Hamburgo, realizada em 1997, na qual foram firmados compromissos pautados na concepção de educação de jovens e adultos na perspectiva da educação continuada ao longo da vida, afirma que:

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, em que pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, em que os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos.

Essa concepção permite superar a EJA como uma política compensatória, cujo único papel é repor a escolarização de pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada. Essa modalidade de ensino deve “contemplar os diferentes espaços de aprendizagem, formais ou não formais, por meio dos quais os jovens e adultos possam desenvolver suas aptidões, conhecimentos e qualificações”. Desse modo, a EJA deve possibilitar “a

transformação dos indivíduos em sujeitos com maior autonomia e melhores condições de enfrentamento das questões que envolvem a sociedade brasileira.”¹¹

O Programa tem nos jovens de 18 a 29 anos o seu foco principal, orienta-se legalmente pela legislação da EJA. A Resolução CNE/CEB 1/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA determina no Art. 5º, parágrafo único:

(...) a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio de modo a assegurar:

I. Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de proporcionar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II. Quanto à diferença, à identificação e ao reconhecimento da alteridade própria é inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III. Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da EJA com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

As Diretrizes Curriculares para a EJA destacam também que, o perfil dos(as) estudantes que frequentam a EJA é diferente dos estudantes presentes nos cursos regulares e recomendam que “o perfil dos estudantes da EJA e suas situações reais devem constituir o núcleo da organização da proposta pedagógica” a ser desenvolvida. Para tanto, o desafio deste programa é integrar, em sua organização curricular, o **trabalho e a elevação de escolaridade**.

6.3.4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ProJovem Campo – Saberes da Terra entende que o **desenvolvimento** e a **sustentabilidade** são relativos quanto ao tempo e ao espaço. São, portanto, históricos e geográficos, econômicos, políticos, sociais e ambientais. O *desenvolvimento sustentável* traz a promessa de conciliar equidade social, crescimento econômico, mercado e preservação do meio ambiente no que diz respeito aos padrões de uso e sustentabilidade dos recursos naturais e à promoção da sociedade.

No caso mais particular do campo, o **desenvolvimento sustentável** localmente estabelecido prima pela manutenção dos ecossistemas, dos agroecossistemas e das culturas locais, sendo fundamental estabelecer sua ligação, interação e relação com o todo; mas esse desenvolvimento começa com as práticas imediatas e as vivências dos povos do campo e toda a sua riqueza e diversidade socioculturais e etnoculturais. Portanto, seus saberes e tradições.

Para se tornarem eficazes, as estratégias de **desenvolvimento rural sustentável** devem incorporar não somente dimensões tecnológicas (agroecológicas), mas também questões sociais, econômicas e políticas. A *sustentabilidade* e o

meio ambiente implicam que, nas investigações, nas pesquisas que os sujeitos educativos efetuam e elaboram sobre o campo, devem focar sua análise nos aspectos sociais, econômicos e ecológicos, de modo a promover a compreensão da sustentabilidade como um todo e, mais em particular, a agrária-agrícola-camponesa, bem como os fenômenos relativos aos processos culturais e às relações socioambientais que os agricultores familiares vivenciam.

6.3.5. TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para o ProJovem Campo – Saberes da Terra, o trabalho e a economia solidária representam a construção de um novo modelo de mundo e de educação do campo. O trabalho é o processo pelo qual os sujeitos do campo constroem e reconstróem a sua história por meio da transformação da natureza e das relações sociais, produzindo culturas e um conjunto de aprendizagens que criam sentido às relações dos seres humanos com os outros e com o mundo.

A economia solidária surge como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as) na defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza (FBES, 2003).

Compreende-se então que trabalho e economia solidária adquirem centralidade na formação dos jovens agricultores no Brasil por se tornarem instrumentos de combate à exclusão social. Ambos apresentam uma alternativa viável de geração de emprego e renda por meio de ações de cooperação, associativismo, crédito comunitário, entre outras formas coletivas de atuar e produzir a partir de

valores solidários nas relações de produção.

6.3.6. A QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

A qualificação social e profissional (relação social construída pela interação dos agentes sociais do trabalho em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento construído no e pelo trabalho) é um complexo construto social. Por ser intimamente ligado à produção e reprodução da força de trabalho, têm um enorme papel na possibilidade dos indivíduos adentrarem, permanecerem ou serem excluídos do processo produtivo (embora essas relações possam extrapolar a esfera da produção).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) enfatiza que a qualificação profissional pode ser entendida como:

- Parte indissolúvel das Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, sejam elas urbanas ou rurais; públicas ou privadas; resultem em relações assalariadas, empreendedoras individuais ou solidárias.

- Uma forma de educação profissional (formação inicial e continuada), devendo estar articulada com a educação de jovens e adultos, a educação do campo e a educação profissional de nível técnico e tecnológico.

- Um processo de construção de políticas afirmativas de gênero, etnia e geração, ao reconhecer a diversidade do trabalho e demonstrar as múltiplas capacidades individuais e coletivas.

- Uma forma de reconhecimento social do conhecimento do trabalha-

dor, ou seja, de certificação profissional e ocupacional que deve estar articulada com classificações de ocupações, profissões, carreiras e competências.

- Uma necessidade para o(a) jovem e o(a) adulto(a), em termos de orientação profissional para sua inserção no mundo do trabalho.

- Um objeto de disputa de hegemonia, com a negociação coletiva da qualificação e certificação profissionais devendo integrar um sistema democrático de relações de trabalho.

Por essa multidimensionalidade, a qualificação nunca é apenas “profissional” (dimensão técnica), mas sempre “social” (dimensão sociolaboral). Fala-se, portanto, em **qualificação social e profissional** para denominar as ações de formação voltada para uma inserção autônoma, solidária e empoderada no mundo do trabalho. A qualificação social e profissional permite a inserção e atuação do cidadão no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas.¹² Para isso, faz-se necessário no decorrer do processo formativo:

A promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável, a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. (MTE, 2003, p. 25).

¹² MTE. Plano Nacional de Qualificação 2003-2007, 2003, p. 24.

Tomando como referência essas diretrizes para a qualificação social e profissional, o ProJovem Campo – Saberes da Terra deve promover a escolarização intimamente ligada aos processos produtivos do campo, como possibilidade de melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população do campo.

6.4. PRINCÍPIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS¹³

¹³ MEC. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, 2004.

Os princípios político-pedagógicos que sustentam/norteiam o programa são orientados pelas referências para uma Política Nacional de Educação do Campo e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. São elas:

6.4.1. A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana

Pauta-se pela necessidade de estimular os sujeitos da educação em sua capacidade de criar com outros um espaço humano de convivência social desejável. Possibilitando aos sujeitos constituírem-se enquanto seres sociais responsáveis e livres, capazes de refletir sobre suas atividades, capazes de ver e corrigir os erros,

Arquivo Saberes da Terra — Maranhão



capazes de cooperar e se relacionar eticamente, porque não desaparece nas suas relações com o outro. Portanto, a educação como formação humana é também uma ação cultural. Esse processo que envolve atitudes, valores e comportamentos deve refletir também na dimensão institucional de forma permanente e sistemática e deve atravessar toda a vida escolar.

6.4.2. A valorização dos diferentes saberes no processo educativo

A escola precisa valorizar os conhecimentos que estudantes, seus núcleos familiares e comunidades possuem, estabelecendo um diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento. O diálogo entre esses conhecimentos precisa garantir elementos que contribuam para melhorar a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos.

6.4.3. A compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos educativos

A educação no campo ocorre tanto em espaços escolares como fora deles. Envol-

ve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Portanto, não são apenas os saberes construídos na escola, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A escola do campo é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens, constituindo-se assim, num local de encontro das diferenças, pois, é nela que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.

6.4.4. A escola vinculada à realidade dos sujeitos

A escola do campo está vinculada à realidade dos sujeitos, realidade essa que não se limita ao espaço geográfico, mas que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que constituem os modos de vida desses sujeitos. Construir uma educação do campo significa pensar numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, não em nome da permanência nem da redução dessas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença. Uma escola que possibilite aos educandos(as) condições de optarem sobre o lugar onde desejam viver e produzir as suas existências.

6.4.5. A educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável

Os paradigmas da sustentabilidade supõem novas relações entre as pessoas e a natureza, entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial, étnica

e intergeracional. Realizar uma educação com o desenvolvimento sustentável é considerar que o local e o território podem ser reinventados por meio das suas potencialidades. Uma das formas de trazer à tona essas potencialidades está na revitalização da importância do coletivo como método de participação popular de gestão das políticas e das comunidades onde vivem.

6.4.6. A autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino

Para implementar políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dos povos do campo é preciso estar atento para a diversidade existente entre os povos do campo. Isso significa que não se pode construir uma política de educação idêntica para todos os povos do campo. Nesse sentido, adquire importância a ampla participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção das políticas educacionais para que a identidade do campo na sua complexa diversidade e o compromisso com um projeto de desenvolvimento sustentável para o mesmo estejam intrinsecamente articulados aos projetos pedagógicos.

6.4.7. O trabalho como princípio educativo

O trabalho como prática social e princípio educativo orienta teórico-metodologicamente o desenvolvimento do programa. Considerando aqui o trabalho como produção da existência humana na relação com a natureza, num processo de humanização de homens e mulheres.

De modo concreto, a formulação de projetos político-pedagógicos na perspectiva da formação humana é uma tarefa histórica a ser enfrentada por cole-

tivos que reconheçam que a educação e a escola são estratégicas para a manutenção de um modo de vida e de sociedade.

Todo o conhecimento, seja ele científico, seja da prática social, é dado pela ação dos seres humanos sobre a natureza e da sociedade pelo trabalho. Portanto, o eixo de todo conhecimento é o trabalho humano. O trabalho como princípio educativo orienta o desenvolvimento do programa, de modo a resgatar os valores do trabalho coletivo e contribuir para a autonomia e o empoderamento dos jovens agricultores familiares.

6.4.8. A pesquisa como princípio educativo

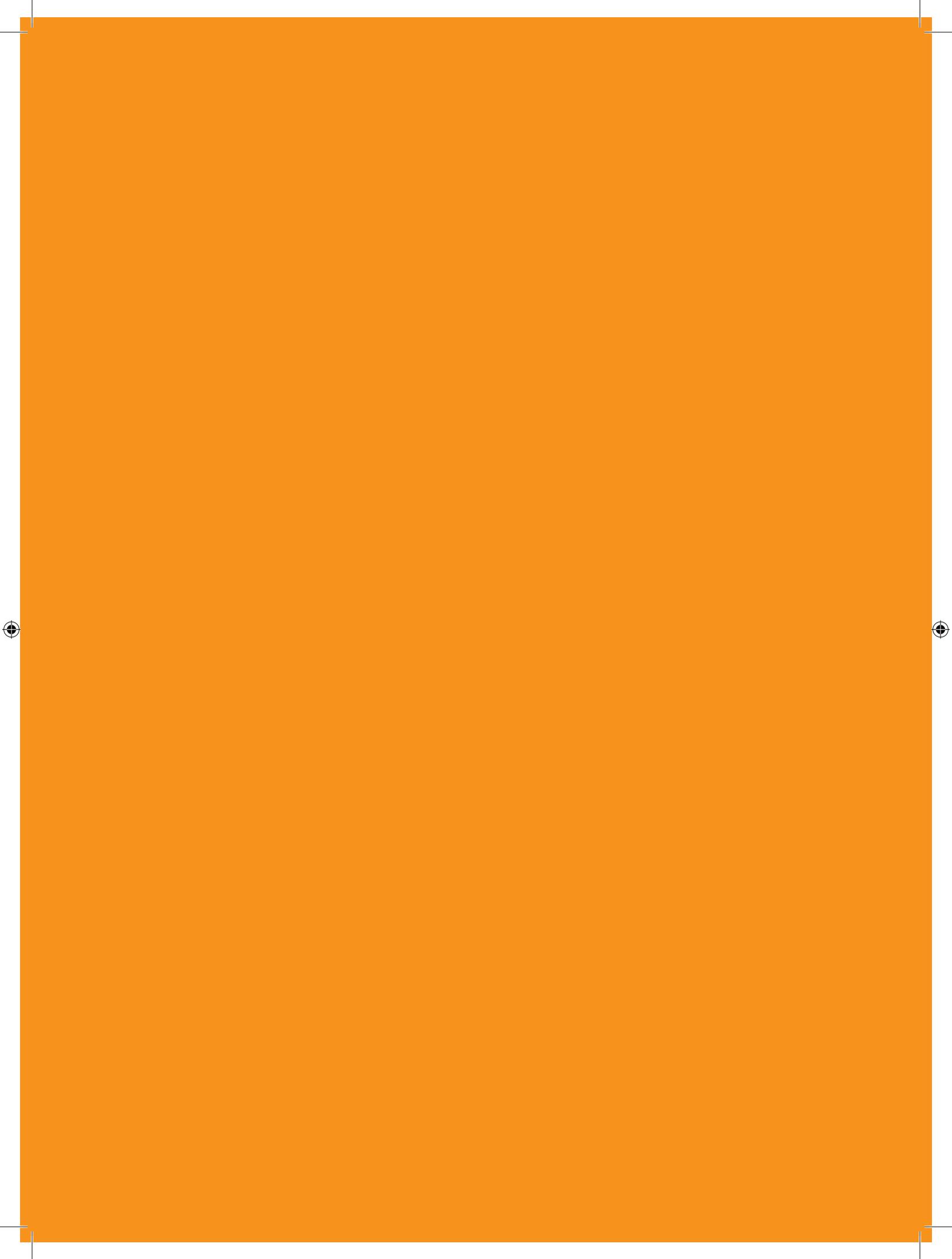
A pesquisa é o eixo norteador de todo

o processo formativo. A pesquisa como forma de intervenção da e na realidade estrutura todo o processo elencado neste projeto. A mesma assume assim, o eixo norteador das ações que pode ser visualizado no Plano de Pesquisa, nos debates em turma, na Partilha de Saberes, nos Círculos de Diálogos, entre outras atividades que podem ser consultadas no Percorso Formativo.

A realização da pesquisa é uma estratégia pedagógica para o estudo e o conhecimento da realidade, para auxiliar os processos de transformação social, cultural, político e econômico. Ela implica um trabalho conjunto de discussão e execução no qual participam educadores e educandos mediatizados sempre pela realidade a ser conhecida e transformada.

Arquivo Saberes da Terra – Maranhão





7



Organização curricular

Antes de ser uma proposta pré-definida, o currículo orienta-se pelo diálogo constante com a realidade, na interação dos sujeitos com a comunidade, estruturando-se em questões desencadeadoras que articulam os conteúdos a partir da realidade prática dos alunos. Essa concepção está em sintonia com o Plano Nacional de Qualificação: 2003–2007 (2003, p. 30) quando orienta que a educação integral do(a) trabalhador(a) deve superar as práticas de qualificação profissional tidas como treinamento operacional, imediatista, segmentado e pragmático. A concepção de currículo integrado requer:

- Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos(as) educandos(as) uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- Uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural.

O Programa Saberes da Terra baseia-se na construção de um currículo que tem como referência principal a formação humana e o modo de produção e reprodução

da vida, ou seja, as relações sócio-históricas, políticas e culturais das comunidades do campo e, em âmbito maior, do Estado e do país. O foco do programa é o jovem agricultor familiar, enquanto sujeito histórico, suas problemáticas e potencialidades.

A formação integrada objetiva atender a uma formação geral aliada à qualificação social e profissional aportada em percursos formativos. Nela, a atualização dos conhecimentos necessários ao mundo do trabalho no campo sempre em mudança deve necessariamente reconhecer, por um lado, o saber acumulado pelos(as) agricultores(as) familiares em sua cultura e sua trajetória e, por outro, a dimensão tecnológica e organizacional cada vez mais presente no campo.

Para que a formação seja de fato integrada, é necessário construir pontes entre os saberes da escolarização geral e os da qualificação social e profissional de modo a garantir a apropriação das tecnologias específicas, dos processos de transformação presentes no campo, das temáticas de gestão e de controle dos processos produtivos, da organização do trabalho e da organização da produção em constante diálogo com as áreas de estudo que compõem o ensino fundamental.

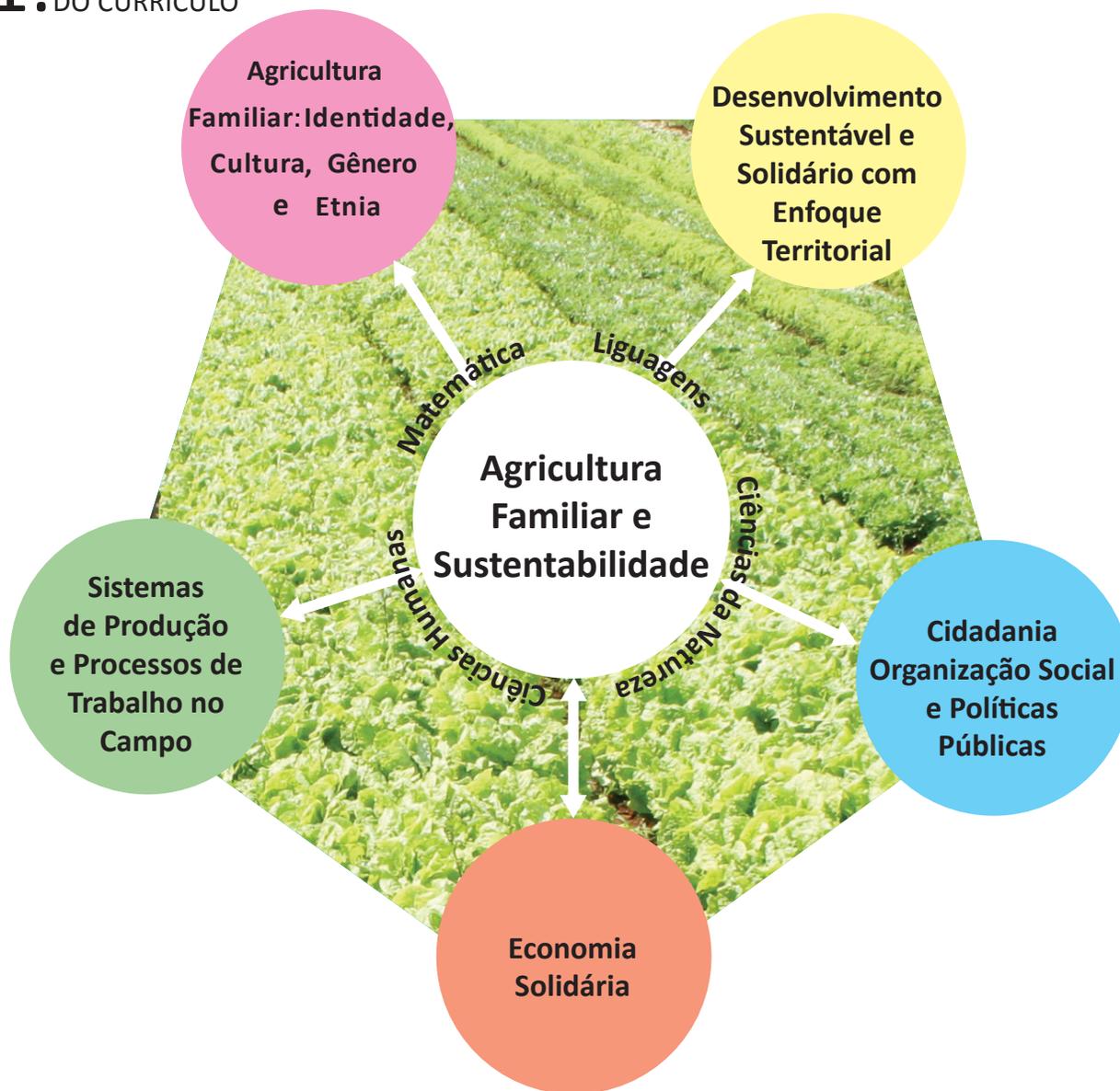
Nessa perspectiva, a organização curricular está fundamentada no eixo curricular articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade que dialogará com os Eixos Temáticos: **Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas.** Os Eixos Temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudos para a elevação de escolaridade.

Como veremos no diagrama a seguir os Eixos Temáticos compõem partes integradas que se articulam entre si e com o Eixo Articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade.

Eixos Temáticos:

- Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia;
- Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial;
- Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo;
- Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas

7.1. ESTRUTURA DO CURRÍCULO



7.2. EIXOS TEMÁTICOS

Os **Eixos Temáticos** agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas do conhecimento para a elevação da escolaridade. Objetivam a formação de jovens agricultores que se apropriem dos conhecimentos humanos e que compreendam a tecnologia, as ciências e a cultura como partes de uma única realidade, criada pela capacidade do ser humano pensar e atuar sobre o mundo, pela sua capacidade de produzir cultura, técnica e conhecimentos.

Cada Eixo Temático tem como ementa básica:

7.2.1. Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia – Estudo das relações sociais no processo histórico de produção econômica e cultural da agricultura familiar, seus problemas e potencialidades culturais nas dimensões de gênero, etnia, geração e de identidade. Estudo das ocupações e transformações do ambiente, das diferentes concepções de agricultura familiar e das relações campo-cidade.

7.2.2. Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo

- estudo sobre questões relacionadas à agricultura familiar e suas relações com os sistemas de produção; o papel da família e da comunidade na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas; a sucessão vegetal e os possíveis limites, potencialidades e desafios dessa transformação ecológica; as práticas dos sistemas de produção locais e sua reprodução social; a produção e reprodução familiar, sua territorialidade e influências das relações de trabalho internas e externas ao estabelecimento rural; compreender os processos de trabalho no campo, inclusive os papéis dos membros da família e das pessoas da comunidade; estudo das principais políticas agrárias e agrícolas que influenciam na produção familiar e realidades do campo.

7.2.3. Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas

-Estudo das organizações sociais, da relação entre Estado e sociedade civil a partir do contexto sócio-histórico, discutindo conceito de cidadania e princípios de ética; análise dos conceitos de Estado, governo, democracia e estudo das organizações sociais, da relação entre Estado e sociedade civil a partir do contexto sócio-histórico, discutindo conceito de cidadania e princípios de ética; análise dos conceitos de Estado, governo, democracia suas relações com a legislação (federal, estadual, municipal); conhecimento da trajetória dos movimentos sociais e das organizações sociais e suas implicações na definição de políticas públicas; as estratégias organizativas locais; jovens como foco de políticas públicas; educação no meio rural brasileiro. Refletir as políticas públicas voltadas para a escolarização e a valorização das manifestações culturais e sociais; refletir sobre as políticas de saúde, educação, esporte e lazer; Conselhos Municipais e Cartas de Direito; compreender as políticas para a agricultura familiar: crédito, assistência

técnica, seguro safra, geração de emprego e renda, mercados.

7.2.4. Economia Solidária

- estudo do campo como local de formação de pessoas, de relações sociais e econômicas; sistemas sociais e econômicos ao longo da história; modos de produção e organização social; legislação agrária e ambiental. Refletir sobre as formas de economia solidária no Brasil: cooperativismo, associativismo, microcrédito, sistemas de crédito; mercados solidários; Comércio justo. Análise e conceitos de solidariedade; relações sociais e econômicas presentes na sociedade em geral; capital social enquanto possibilidade de desenvolvimento humano e solidário.

7.2.5. Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial

- estudar, pesquisar e refletir sobre o conceito básico de desenvolvimento e sustentabilidade; evolução histórica do termo desenvolvimento sustentável; desafios, limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável; princípios e fundamentos da agroecologia; importância do uso racional dos recursos naturais; políticas públicas; experiências de promoção do desenvolvimento rural local.

A partir do complexo Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, serão desdobrados os conhecimentos que garantam uma consistente base teórica e o desenvolvimento de habilidades e competências gerais do ser humano – científicas, pedagógicas, técnicas, éticas, morais, políticas e estéticas. Cada área de conhecimento deverá indicar os conhecimentos necessários para desenvolver o pensamento científico dos educandos, organizando um programa curricular básico.

As áreas do conhecimento chamadas a dialogar com os eixos temáticos são: Lin-

guagem Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias. Essas estabelecem um diálogo entre si ao mesmo tempo em que cada uma delas contribui para ampliar a compreensão das práticas sociais como produtoras de significados, servindo de referência para que as áreas de estudos ressignifiquem o conteúdo de sua contribuição na explicitação da temática estudada.

Sendo assim, deverão ser construídas problemáticas que possibilitem perceber as relações entre as áreas do conhecimento e os Eixos Temáticos, por exemplo:

- Quais as contribuições das ciências sociais, das ciências naturais, das linguagens e das linguagens matemáticas, entre outras, para a compreensão e explicação dos conhecimentos presentes nos eixos temáticos?
- Quais as articulações desses conhecimentos com o Arco Ocupacional?

Para o desenvolvimento da qualificação profissional inicial, foi construído um Arco ocupacional que congrega um conjunto de atividades diversas que são realizadas pelos agricultores familiares.

7.3. ARCOS OCUPACIONAIS

Arcos Ocupacionais são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, nesse caso, a agroecologia. Esses arcos devem abranger as esferas da produção e da circulação (produção rural, agroindústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do(a) trabalhador(a), como agricultor fami-

liar, assalariado, autoempregado ou associado/cooperativado (economia solidária).

No processo de escolarização, cada instituição, ao elaborar o projeto educativo, promoverá, junto com os educandos, educadores, organizações sociais etc, estratégias para a escolha das atividades que apresentam possibilidades na região ou aquelas que potencialmente poderão ser desenvolvidas. Estabelecer mecanismos de análise para determinar aquilo que não está sendo desenvolvido, mas que tem possibilidades concretas ou existe interesse em desenvolver; os educadores e professores, por meio de consulta aos educandos, poderão definir quais atividades serão escolhidas como tema de estudo.

O Arco Produção Rural Familiar é composto por cinco ocupações e servirá como eixo orientador e facilitador do processo de formação social e profissional. As ocupações descritas no arco têm como base a Resolução N^o 4/1999 do CNE:

Arco	Ocupações
Produção Rural Familiar	1. Sistemas de cultivo
	2. Sistemas de criação
	3. Extrativismo
	4. Agroindústria
	5. Aquicultura

O **Arco Produção Rural Familiar** deverá contemplar de modo transversal estudos em meio ambiente, gestão e administração. Os conteúdos do currículo do ensino formal são trabalhados em um processo de reflexão e aprofundamento das questões desencadeadas pelos temas específicos de cada grupo de educandos, assim como os conceitos desenvolvidos nos cursos dialogam com a experiência vivida pelo(a) agricultor(a) familiar.

7.4. EMENTA DA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

7.4.1. FORMAÇÃO GERAL

A) AGRICULTURA FAMILIAR

- A multifuncionalidade da agricultura familiar.
- agricultura familiar e a conservação da biodiversidade.
- Agricultura Familiar e a segurança alimentar e nutricional.
- O papel da mulher na agricultura familiar.
- O papel do jovem na agricultura familiar.

B) PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

- Princípios da agroecologia.
- Sistemas de produção – orgânico, ecológico, em transição.
- Visão holística e sistêmica.
- Relação da agricultura familiar com o meio ambiente.
- Importância da água como recurso natural renovável – conservação, utilização e manejo da água.
- Importância da conservação de espécies nativas, reflorestamento e florestamento, manejo e utilização racional de espécies nativas.
- Importância da conservação e manejo de solo.
- Ecossistemas e biomas.
- Produção familiar e saúde.

C) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional.
- Produção de alimentos pela agricultura familiar.

D) ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

- Importância da organização social.
- Formas coletivas de organização da produção e comercialização.
- Economia solidária.
- Gestão e comercialização.
- Mercado – inserção em novos nichos de mercado.

7.4.2. ARCO OCUPACIONAL – PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR

OCUPAÇÕES: CULTURAS AGRÍCOLAS

A) OLERICULTURA

- Hortaliças e alimentação saudável.
- Valor nutritivo.
- Saúde.
- Produção de hortaliças.
- Princípios da produção de hortaliças (insumos básicos, clima, solo, manuseio e consumo).
- Produção de mudas.
- Instalação e preparação das hortas.
- Colheita (quando colher e como deve ser feito).
- Subprodutos.
- Processamento e embalagens.
- Mercado.
- Produção de plantas medicinais/ aromáticas.
- Princípios da produção de plantas medicinais/aromáticas (insumos básicos, clima, solo, manuseio e consumo).
- Produção de mudas.
- Instalação e preparação das hortas.
- Colheita (quando colher e como deve ser feito).
- Subprodutos.
- Processamento e embalagens.
- Mercado.

B) FRUTICULTURA

- Frutas e seu valor nutritivo.
- Saúde.
- Produção de frutas.
- Princípios da produção de frutas (insumos básicos, clima, solo, manuseio e consumo).
- Produção de mudas: instalação e preparação de pomar.
- Colheita (quando colher e como deve ser feito).
- Subprodutos:
 - Processamento e embalagens.
 - Mercado.

C) CRIAÇÃO DE ANIMAIS

I) AVICULTURA

- Manejo sanitário.
- Tipos de produção e manejo – galinha caipira, semicaipira, granja orgânica.
- Criação e manejo:
 - Produtos e subprodutos.
 - Condições básicas para a criação.
 - Técnicas de manejo.
- Consumo.
- Processamento/beneficiamento.
- Mercado.

II) APICULTURA

- Criação de abelhas melíferas.
- Conhecendo as espécies e sua importância.
- Criação de abelhas com ferrão – sistema artesanal.
- Possibilidades de criação.
- Produtos e subprodutos.
- Condições básicas para a criação.
- Técnicas de manejo.
- Potencial de mercado.
- Criação de abelhas sem ferrão.
- Conhecendo as abelhas sem ferrão.
- Produtos e subprodutos.
- Condições básicas para a criação.
- Técnicas de manejo.
- Potencial de mercado.

III) OVINOCAPRINOCULTURA

- Criação e manejo.
 - Produtos e subprodutos.
 - Condições básicas para a criação.
 - Técnicas de manejo.
- Potencial produtivo.
- Consumo.
- Processamento/beneficiamento.
- Mercado.

IV) BOVINOCULTURA DE LEITE E CORTE

- Criação e manejo:
 - Produtos e subprodutos.
 - Condições básicas para a criação.
 - Técnicas de manejo.
- Potencial produtivo.
- Consumo.
- Processamento/beneficiamento.
- Mercado.

V) SUINOCULTURA

- Criação e manejo:
 - Produtos e subprodutos.
 - Condições básicas para a criação.
 - Técnicas de manejo.
- Potencial produtivo.
- Consumo.
- Processamento/beneficiamento.
- Mercado.

Arquivo Saberes da Terra—Pará



D) EXTRATIVISMO

I) OS POVOS DA FLORESTA

- Comunidades que vivem das florestas (seringueiros, índios, castanheiros, palmiteiros, coletores de açaí, de pinhão, de pequi, entre outros).

II) A FLORESTA E SEUS PRODUTOS

- Florestas implantadas (reflorestamento).
- As principais espécies.
- Utilizações e manejo sustentado.
- Consumo.
- Mercado.
- Florestas nativas.
- Diversidade de espécies.
- Conservação e exploração racional.

III) PLANOS DE MANEJO NA UTILIZAÇÃO DA FLORESTA

- Os produtos florestais não madeireiros.
- Panorama da exploração, comercialização, demanda potencial, interação com programas sociais.
- A produção, exploração e comercialização de alimentos da floresta (açaí, castanha, pinhão, pupunha, pequi, guariroba).
- A produção, exploração e comercialização de fibras.
- A produção, exploração e comercialização de ceras e óleos.
- A produção, exploração e comercialização de gomas e resinas.
- A produção, exploração e comercialização de essências aromáticas.
- A produção, exploração e comercialização de matéria prima florestal para fins medicinais.

E) AQUICULTURA

- A importância do uso sustentável dos recursos hídricos.
- O pescado e a alimentação saudável.
- Produção sustentável de pescado.
- Pesca artesanal.
- Tanques-redes.
- Princípios da piscicultura.
- Potencial produtivo do pescado.
- Utilização dos sub produtos para o artesanato.
- Consumo.
- Mercado.

F) AGROINDÚSTRIA

- Gestão e organização de agroindústria.
- Processamento de produtos comestíveis.
- Fabricação de doces, geleias, polpas, conservas, derivados de leite e embutidos.
- Transformação de produtos florestais.
- Artesanato com sementes, madeira, flores, palha, fibras.
- Fabrico de óleos, essências e ceras.



7.5. APRENDIZAGENS DA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

A articulação dos saberes dos(as) educandos(as) com as diferentes áreas do conhecimento deve possibilitar a vivência de novos valores e o desencadeamento de ações coletivas.

A elevação de escolaridade associada à qualificação social e profissional deverá possibilitar as seguintes aprendizagens aos educandos(as):

- Desenvolver a capacidade da leitura e da escrita e o seu uso na interpretação da realidade e na satisfação das necessidades cotidianas.
- Reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como

instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras formas de linguagem.

- Reconhecer a relação entre conhecimento científico e o conhecimento acumulado dos trabalhadores em sua trajetória escolar, de trabalho e de vida.
- Compreender as ciências como processos de produção do conhecimento e como atividades humanas, históricas, associadas a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural.
- Formular questões, elaborar diagnósticos e propor soluções para pro-

Arquivo Saberes da Terra



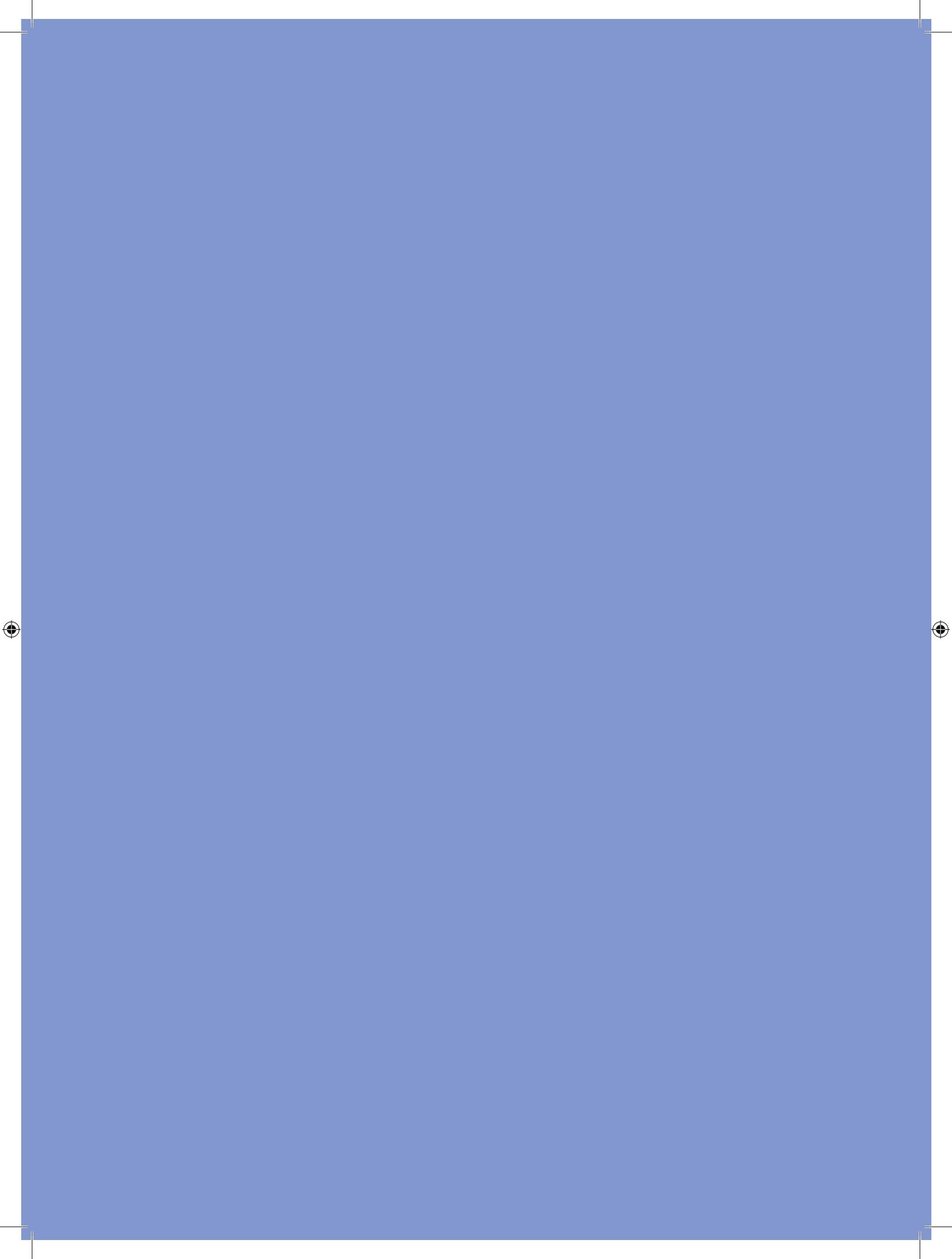


blemas reais enfrentados na agricultura familiar colocando em prática conceitos, estratégias, procedimentos e atitudes desenvolvidas no processo formativo.

- Conhecer a diversidade das formas de arte da cultura local, regional, nacional e internacional como expressão e comunicação de indivíduos e grupos.
- Potencializar a ação dos agricultores familiares como agentes de desenvolvimento, buscando ampliar o seu protagonismo na construção de estratégias de intervenção e de fortalecimento do desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial.
- Estimular a vivência de relações organizativas que contemplem novas

formas de organização do trabalho e da produção na perspectiva da cooperação e associativismo.

- Refletir sobre o papel e a importância da organização e representação política da agricultura familiar num processo de desenvolvimento.
- Refletir sobre o funcionamento do Estado, a constituição e a identificação dos espaços públicos, bem como suas instituições.
- Aprofundar a relação entre conhecimento científico e o conhecimento acumulado dos trabalhadores em sua trajetória escolar, de trabalho e de vida para a construção de novos referenciais tecnológicos baseados também nos fundamentos e princípios da agroecologia.



Organização dos tempos e espaços formativos

8

Arquivo Saberes da Terra – Pará



A execução da proposta pedagógica e curricular do ProJovem Campo – Saberes da Terra deverá ocorrer por meio da organização dos tempos e espaços formativos, considerando os pressupostos, os princípios e o currículo elencados neste ProjetoBase que tem como objetivo final a formação de jovens da agricultura familiar.

A metodologia da pedagogia da alternância é considerada matriz pedagógica de

organização dos tempos e espaços para a realização do processo de ensino e aprendizagem. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo estabelece no Art. 7º:

§ O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23 24 e 28 da LDBEN, poderá ser estruturado independentemente do ano civil.

§ As atividades constantes das propos-

tas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

A especificidade da modalidade EJA e da educação do campo deverá assegurar a organização dos tempos e espaços formativos que sejam adequados à realidade do campo, assegurando as estratégias específicas de atendimento escolar e a flexibilização da organização do calendário escolar das escolas do campo. Essa flexibilização pode acontecer sob a forma da alternância, considerada uma das mais adequadas metodologias para atender às peculiaridades das populações do campo.

A alternância é uma metodologia desenvolvida pela conjugação de períodos alternados de formação na escola e na família e pelo uso de instrumentos pedagógicos específicos. No ProJovem Campo – Saberes

da Terra, a alternância acontece por meio de dois tempos-espacos específicos: Tempo Escola e Tempo Comunidade.

8.1. Tempo Escola

O **Tempo Escola** corresponde ao período em que o(a) educando(a) permanece efetivamente no espaço da unidade escolar em contato com o saber mais sistematizado, planejando e recebendo orientações dos educadores(as). Neste período, os(as) educandos(as), educadores(as) desenvolvem aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos dos Eixos Temáticos, planejam a execução de projetos experimentais que serão desenvolvidos em suas propriedades, realizam atividades de acolhimento e organização grupal, realizam planos de pesquisas, círculos de diálogos, entre outras atividades pedagógicas.

8.2. Tempo Comunidade

O **Tempo Comunidade** corresponde ao período em que o estudante é motivado

Arquivo Saberes da Terra – Piauí



a partilhar seus conhecimentos e experiências na família, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe. No Tempo Comunidade, o estudante desenvolverá pesquisas, projetos experimentais, atividades grupais, entre outras atividades com o auxílio do planejamento e acompanhamento pedagógico dos(as) educadores(as).

O período de trabalho na família e a vivência na comunidade é uma forma de consolidar informações trazidas da escola para a vida e da vida para a escola, tornando este meio um instrumento pedagógico, pois cabe à família e à comunidade o acompanhamento e parte da avaliação do processo educativo do(a) educando(a), bem como colaborar na elaboração e execução das pesquisas e dos demais instrumentos pedagógicos que são desenvolvidos neste tempo-espço formativo ao lado das famílias e comunidades.

Durante a realização do Tempo Comunidade, os educandos deverão receber orientações dos educadores para a realização de atividades práticas, estudos dirigidos, pesquisas bibliográficas, pesquisas na comunidade, implementação de projetos produtivos etc.

O acompanhamento das atividades a serem realizadas durante o Tempo Comunidade deverá ser planejado de modo a garantir a inserção dessas atividades no desenvolvimento do curso; promover, assim, a integração do currículo com a realidade vivenciada pelos educandos e suas comunidades; possibilitar, ainda aos educadores, conhecer a formas de vivência dos educandos, e, dessa maneira, planejar melhor suas aulas e atividades.

O acompanhamento dos educadores às propriedades e comunidades dos educandos deverá promover a real integração entre a teoria e a prática pedagógica desen-

volvida no decorrer do curso de formação do ProJovem Campo – Saberes da Terra, bem como possibilitar uma melhor formação profissional desses educandos.

As atividades de acompanhamento possibilitarão, ainda, o desenvolvimento social, antropológico e técnico do currículo, bem como a integração dos saberes – científicos e populares.

8.3. Aprendizagens do Tempo Escola – Tempo Comunidade

O Tempo Escola e o Tempo Comunidade são espaços formativos privilegiados de articulação entre o estudo, a pesquisa e as propostas de intervenção. Devem, portanto, ser organizados de modo a estimular/desenvolver as seguintes aprendizagens:

- Desenvolver diferentes modalidades de expressão: leitura, escrita, audição, fala, teatro, desenhos, movimento corporal.
- Refletir sobre as diversidades étnicas, culturais, de gênero; identificar os mecanismos de desigualdades étnico-raciais existentes na sociedade brasileira.
- Criar mecanismos que possibilitem a reconstrução da identidade pessoal: suas histórias familiares, pessoais, suas formas de resistência ao longo de suas vidas, a construção do sujeito de direitos. Descobrir-se como ser histórico;
- Desenvolver o espírito coletivo: trabalhar em grupos grandes e/ou pequenos mais do que individual, sem descartar esse, pois ele também é importante.
- Superação dos valores de dominação: a sala de aula deve desenvolver-se enquanto um exercício e uma aprendizagem de

democracia e da superação de valores e preconceitos que fortaleçam as desigualdades (gênero, geração, classe, raça/etnia, identidade sexual, religiosidade, etc.)

- Constituir fóruns de discussão e avaliação com a participação de todos.
- Desenvolver a solidariedade: na ajuda mútua para aprendizagem e no desenvolvimento de tarefas de várias naturezas, troca de informações nas pesquisas.
- Desenvolver a autonomia: por meio do estímulo à pesquisa, da elucidação de dúvidas, da construção de propostas, das iniciativas em sala de aula e fora dela, do trabalho em grupo.

8.4. Carga horária

A carga horária total de formação é de 2.400 horas.

A organização dos tempos e espaços formativos está dividida da seguinte forma:

- 1.800 horas para o Tempo Escola.
- 600 horas para o Tempo Comunidade.

8.5. Possibilidades de organização das turmas

8.5.1 Período integral

PERÍODO INTEGRAL	CH BI/ ANUAL	A/S	MÓDULO ÚNICO		CH TOTAL
			TEMPO ESCOLA	TEMPO COMUNIDADE	
Turmas organizadas em período integral 10 horas-aulas diárias	1.200	50h/a X 18 semanas	900	300	2400



8.5.2. Quatro horas diárias

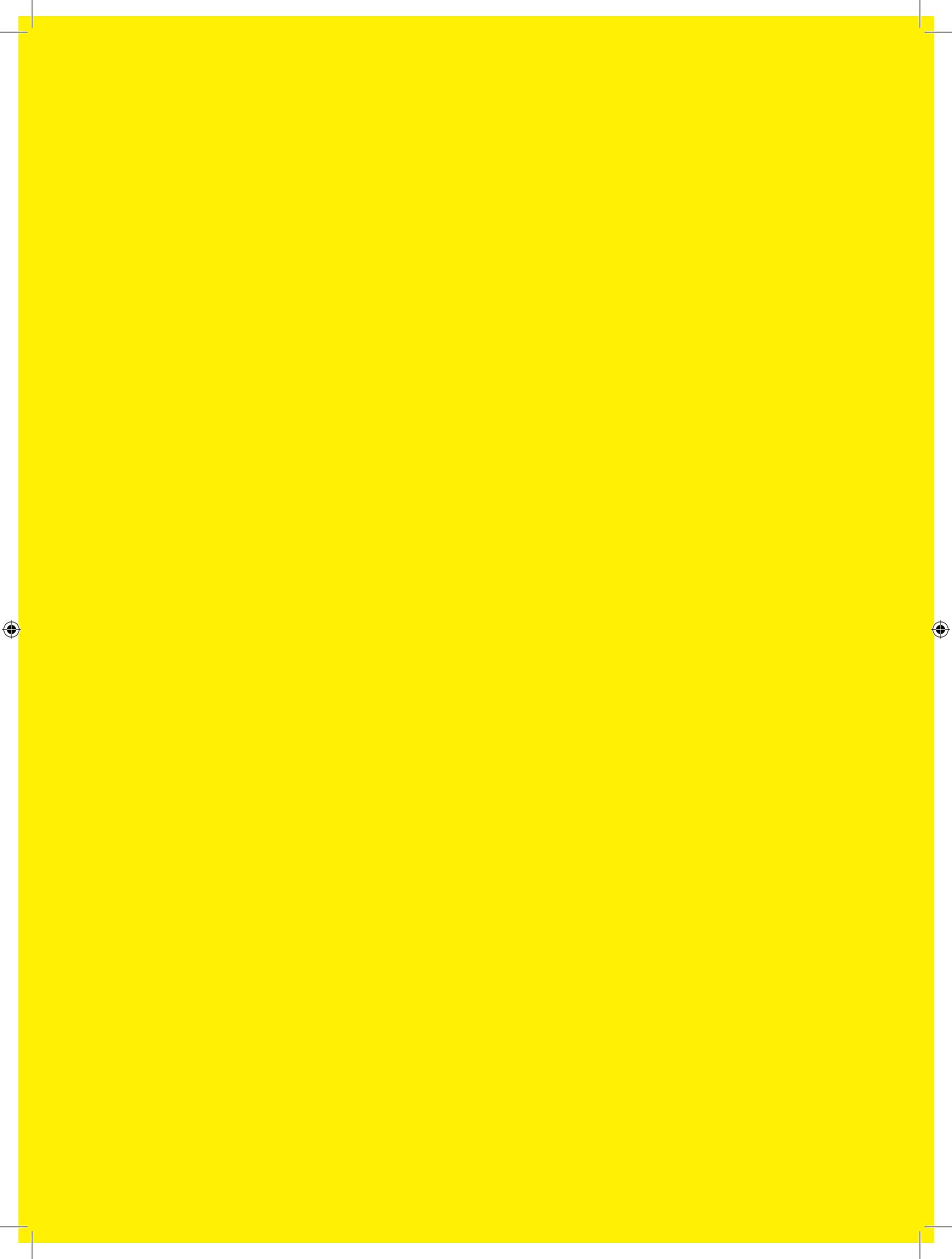
1º PERÍODO DE 4 H/A X 4 DIAS DE 8 H/A	CH BI/ANUAL	A/S	MÓDULO ÚNICO		CH TOTAL
			TEMPO ESCOLA	TEMPO COMUNIDADE	
Turmas organizadas em um período de aula, matutino, vespertino ou noturno 5 horas - aulas /dia e 1 dia integral 10h/a	1.200	30h/a X 30 semanas	900	300	2.400

8.5.3. Finais de semana

FINAIS DE SEMANA	CH BI/ANUAL	A/S	MÓDULO ÚNICO		CH TOTAL
			TEMPO ESCOLA	TEMPO COMUNIDADE	
Turmas organizadas nos fins de semana (s e d) 20 h/a	1.200	20 X 45 fins de semana	900	300	2.400

Arquivo Saberes da Terra — Piauí







9

Formação continuada de professores, educadores e coordenadores pedagógicos

A formação de professores(as), educadores(as) e coordenadores(as) deve garantir a avaliação permanente do processo pedagógico, a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas e a elaboração do planejamento das atividades

do curso. Objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo. Portanto, a formação de formadores precisa estar centrada no

desenvolvimento metodológico do currículo integrado na EJA.

A formação continuada dos profissionais que atuarão no Programa Saberes da Terra é responsabilidade das **instituições públicas de ensino superior**, em parceria com os sistemas públicos de ensino, municipais e estaduais que aderirem ao programa nos seus respectivos Estados.

A proposta é estimular, por meio do ProJovem Campo – Saberes da Terra, a constituição nos estados de polos de pesquisa e Desenvolvimento de educação do campo, formados por universidades públicas federais e estaduais com comprovada experiência formativa para o desenvolvimento de programas e ações de ensino, pesquisa, extensão e de gestão de processos educativos e formativos nas temáticas e práticas peda-

gógicas do campo. Esses **Polos Estaduais de Educação do Campo** comporão a Rede de Formação do Campo da Secad.

A formação continuada dos educadores do ProJovem Campo – Saberes da Terra deverá:

- Realizar formação continuada em metodologias e princípios político-pedagógicos voltados às especificidades do campo conforme diretrizes gerais do ProJovem – Campo Saberes da Terra.
- Apoiar projetos pedagógicos em conformidade aos princípios político-pedagógicos deste projeto, para a garantia da expansão da educação básica no e do campo, especialmente de jovens agricultores(as) familiares.

Arquivo Saberes da Terra – Rondônia



- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à Educação de Jovens e Adultos no campo, integrando ensino fundamental e qualificação social e profissional.

- Promover o monitoramento das turmas e o acompanhamento pedagógico aos educadores na escolarização e qualificação social e profissional dos educandos.

- Produzir materiais pedagógicos em articulação com os sistemas de ensino executores do programa.

Cabe à **Coordenação Executiva Nacional do Programa a articulação e a gestão da Rede de Formação**. Aos executores do programa – estados e municípios –, caberá a garantia de condições necessárias para a implementação da formação continuada.

As instituições de ensino superior públicas serão responsáveis pela articulação dos entes e implementação da formação continuada com carga horária de 360h. O planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação da formação continuada serão compartilhados entre a Coordenação Nacional, Estadual e a Rede de Formação.

Caberá às instituições de ensino superior Públicas:

a) Implantar e desenvolver todas as etapas do curso de formação continuada dos educadores e coordenadores de turma em efetivo exercício no Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, com etapa inicial de no mínimo 40 horas, acrescida de 320 horas, ao longo de dois anos por meio módulos sequenciais que permitam certificação em nível de extensão universitária e/ou pós-graduação *lato sensu*.

b) produzir e reproduzir materiais didáticos apropriados para o desenvolvimento da prática docente e profissional em conformidade com os

princípios político-pedagógicos contidos neste projeto-Base.

c) Realizar acompanhamento pedagógico e registrar informações do funcionamento das turmas em um sistema de monitoramento e acompanhamento do programa.

d) Organizar a formação continuada em conformidade com o disposto neste projeto base.

e) Participar da Comissão Pedagógica Estadual.

f) Realizar parcerias com escolas agrotécnicas, escolas comunitárias, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos atuantes no campo que tenham experiência na realização de programas de Educação de Jovens e Adultos, comitê e/ou fórum estadual de Educação do campo na construção da proposta de formação continuada.

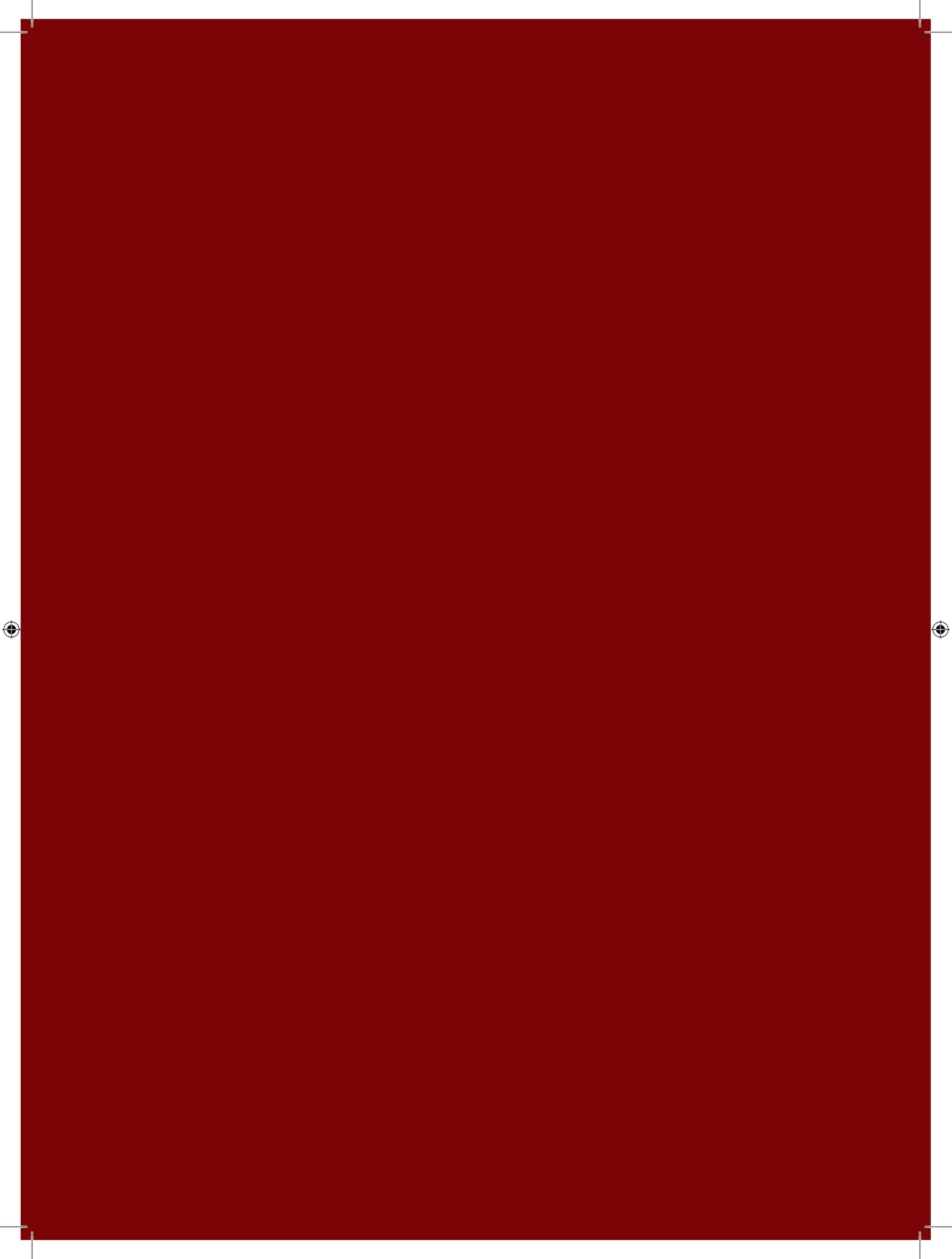
Os conteúdos e metodologias deverão contemplar:

- Concepções, princípios, desenvolvimento curricular e metodológico do programa.

- O Eixo Articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade e suas relações com os eixos temáticos, áreas de estudo e formação profissional.

- O exercício da reflexão sobre a prática pedagógica na modalidade Educação de Jovens e Adultos: organização do trabalho pedagógico em EJA (planejamento, currículo, metodologia, avaliação, sistematização etc.)

- Temas contemporâneos (diversidade, desenvolvimento sustentável com enfoque territorial, direitos humanos, relações étnico-raciais, relações de gênero, juventude, entre outros).



Avaliação

10

Arquivo Saberes da Terra



A avaliação abrange todos os tempos e espaços formativos do programa, assim como os recursos que o educador utiliza no processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação tem como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos educandos e verificar como a proposta pedagógica vai sendo desen-

volvida ou se processando. Tudo isso para promover melhorias e correções ao longo do próprio percurso formativo. A avaliação neste programa é considerada um processo coletivo, cumulativo, contínuo, permanente e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza quantitativa e qualitativa.

A concepção de avaliação desenvolvida



no ProJovem Campo – Saberes da Terra tem como princípios:

- a coerência entre a prática avaliativa, os objetivos e o desenvolvimento metodológico;
- o processo contínuo e permanente de participação de educandos e professores;
- o processo de diagnóstico permanente da prática pedagógica servindo de orientador das ações pedagógicas subsequentes;
- o processo transparente, discutido e acordado entre os envolvidos com o pro-

pósito de identificar as dificuldades e a superação dessas;

- a utilização de diferentes procedimentos e instrumentos de avaliação;
- o processo avaliativo vai além da aferição de conhecimentos incluindo atitudes, comportamentos, compromisso com o estudo e com a ação comunitária.

10.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A supervisão, o acompanhamento e a

avaliação das ações são aspectos fundamentais na gestão do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, uma vez que permitem monitorar o seu andamento – tanto pelo ente executor, quanto pela secad/MEC –, gerenciar o fluxo e a utilização de recursos financeiros, verificar o alcance de metas previstas, identificar processos e resultados, comparar dados de desempenho, bem como detectar dificuldades na execução das ações e redefinir, se necessário, as estratégias de implementação, tendo em vista o êxito do programa.

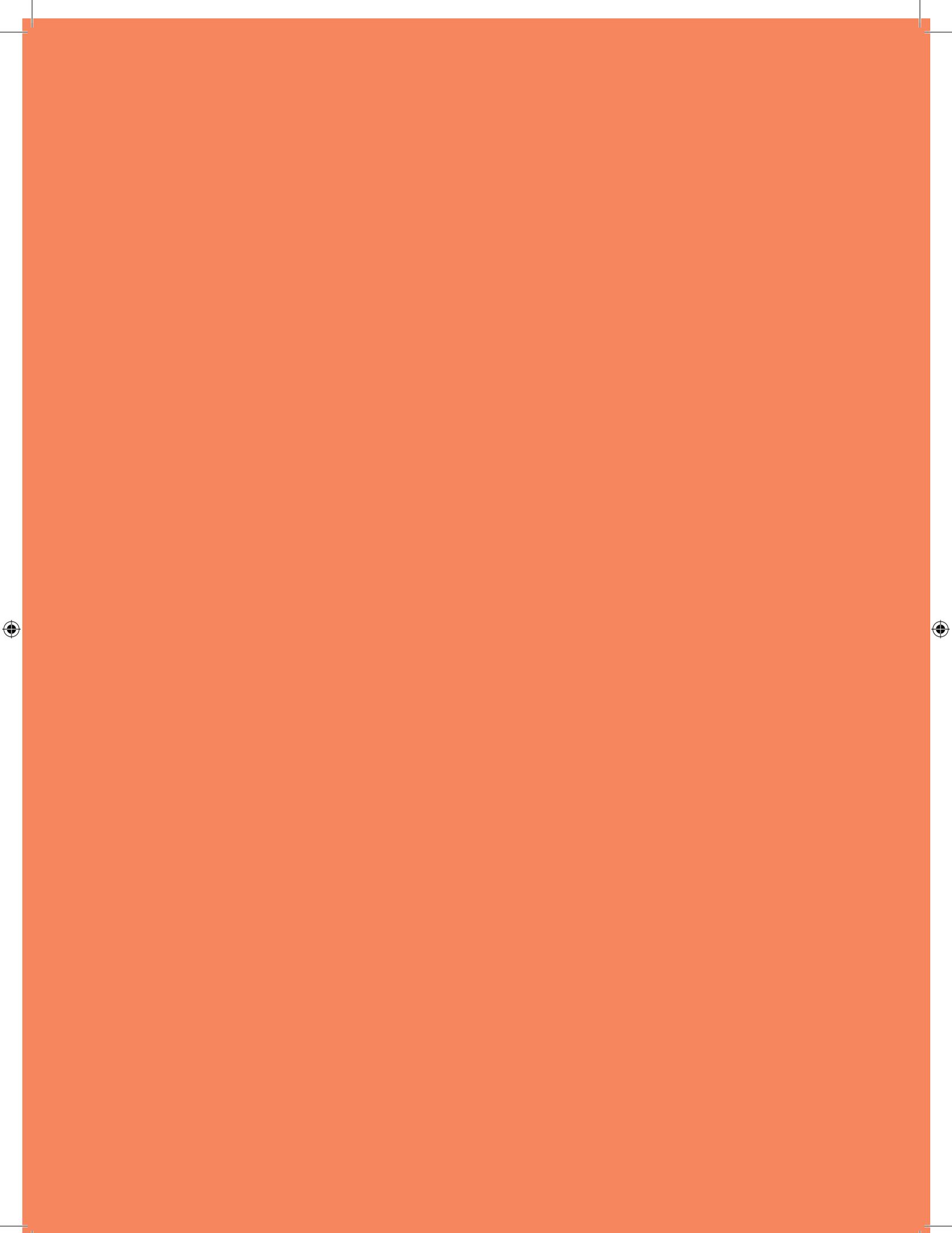
Essa avaliação contínua e sistemática contribuirá para o fortalecimento do programa e das organizações. A avaliação aqui concebida vai além de um mero procedi-

mento burocrático de prestação de contas. Esse processo tem resultado em aprendizado social das organizações envolvidas na formação dos professores além de apoiar a gestão dos cursos e sistematizar dados que contribuem para o aprimoramento do trabalho junto aos jovens do campo.

Todas as informações prestadas pelo ente executor, bem como os registros de todos os dados solicitados pela secad/MEC e as alterações ocorridas durante a execução do programa, deverão ser atualizados continuamente, tanto para efeito de acompanhamento, avaliação e fiscalização *in loco* das ações, quanto para a consolidação do relatório final de execução do programa.

Arquivo Saberes da Terra – Maranhão





Gestão e estrutura operacional

11

Arquivo Saberes da Terra — Minas Gerais



A gestão nacional do programa estará referenciada nos princípios da gestão democrática e autônoma, organizada de forma colegiada e que contemple mecanismos de participação e controle social, constituindo-se também como instrumento de construção, revitalização e/ou fortalecimento dos comitês e/ou fóruns estaduais de educação do campo.

Em âmbito federal, a gestão do ProJovem Campo – Saberes da Terra é realizada em três instâncias:

11.1 Comitê Gestor Interministerial, composto pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento

Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. É competência do Comitê Gestor Interministerial:

- Articular o programa junto aos diferentes ministérios e poderes públicos constituídos.
- Promover a articulação das ações do programa com o conjunto das políticas de educação e de juventude.
- Definir metas e critérios para seleção de proponentes.
- Garantir e orientar a gestão dos recursos necessários para o desenvolvimento do programa.

11.2. Comitê Pedagógico Nacional composto pelas equipes técnicas e pedagógicas dos ministérios parceiros e representantes dos movimentos Sociais. As competências deste comitê são:

- Construir os referenciais pedagógicos e metodológicos do programa.
- Elaborar diretrizes e subsídios para formação de formadores.
- Construir as concepções dos materiais pedagógicos nacionais.
- Articular as ações do programa com o conjunto das políticas públicas de educação para os povos do campo.

11.3. Coordenação Executiva Nacional realizada pela secad/MEC por meio da Coordenação-Geral de Educação do Campo – (CGEC), composta por duas equipes de trabalho: Pedagógica e Monitoramento/Avaliação. São atribuições da coordenação executiva:

- Analisar os projetos políticos pedagógicos e seleção dos entes executores.
- Coordenar o programa em nível nacional e prestar apoio técnico-pedagógico aos estados e aos municípios para a execução das ações.
- Monitorar a execução física das ações do Programa e coordenar a solicitação de repasse de recursos ao FNDE.
- Encaminhar ao FNDE, mensalmente, relação com a frequência dos educandos, com a respectiva autorização de pagamento de bolsas, bem como solicitar sua interrupção, cancelamento e/ou substituição, quando for o caso.
- Fornecer materiais informativos aos educadores do programa, para que os mesmos atuem como formadores na orientação sobre temas diversos, de interesse comunitário.

- Implementar e coordenar um Sistema Nacional de Monitoramento e Acompanhamento do Programa.

- Realizar a articulação e gestão da Rede Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

11.4. Entes executores

A execução do programa estará sob a responsabilidade das Secretarias de Educação.

O ente proponente no estado deverá articular-se com escolas agrotécnicas e instituições de ensino superior públicas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem na educação do campo e tenham experiência na realização de programas de Educação de Jovens e Adultos, comitê e/ou fórum de educação do campo para a constituição de uma comissão pedagógica, com o objetivo de articular as ações pedagógicas do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra nos estados e elaborar o projeto político pedagógico.

A proposta de formação dos educadores em exercício efetivo no Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra deverá ser apresentada pelas instituições públicas de ensino superior à comissão para que a mesma emita parecer e o parecer deverá ser enviado junto à Proposta de Formação continuada dos educadores e coordenadores do Programa.

É de competência dos entes executores designar um coordenador para o programa, assim como prover as condições técnico-administrativas necessárias à equipe de gestão administrativa e pedagógica do programa e aos coordenadores de turmas.

Cumpra aos entes executores realizar avaliação dos conhecimentos construídos pelos educandos para estabelecer o processo de desenvolvimento do curso. O processo avaliativo poderá ser construído em parceria com as IES, comitês e/ou fóruns de educação do campo de maneira a promover um amplo diagnóstico da situação educacional

dos educandos e permitir a tomada de decisões pedagógicas para a condução das atividades a serem realizadas ao longo do curso.

A Coordenação Estadual terá as seguintes atribuições:

1) Encaminhar à secad/MEC relatório mensal referente a execução das ações e frequência dos(as) educando(as).

2) manter continuamente atualizadas, junto ao Sistema Nacional de Monitoramento e Acompanhamento, as informações cadastrais da instituição, cadastros de educandos, educadores e das turmas, bem como outras informações solicitadas, para efeito de monitoramento, supervisão, avaliação e fiscalização da execução do programa.

3) Organizar turmas e prover a infraestrutura física e de recursos humanos para o seu funcionamento: selecionar educadores(as) das áreas de conhecimento, preferencialmente de sua rede de ensino e educadores(as) de formação profissional;

4) Viabilizar o deslocamento dos educandos(as) aos espaços-aula.

5) Localizar, identificar e cadastrar jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que saibam ler e escrever e que não tenham concluído o ensino fundamental, para ingresso em turmas do Programa.

6) Monitorar de modo a não permitir que o mesmo beneficiário acumule, concomitantemente, bolsa de outros programas integrantes do ProJovem.

Os coordenadores de turmas serão responsáveis por:

1) Realizar acompanhamento pedagógico das turmas, sendo o máximo de 10 (dez) turmas.

2) Manter atualizado o cadastro dos educandos.

3) Consolidar as informações de frequência dos(as) educandos(as) em um relatório mensal.

Arquivo Revista Agriculturas — experiências em Agroecologia



4) Participar das formações estaduais de educadores.

5) Organizar e coordenar as reuniões de planejamento pedagógico junto aos educadores.

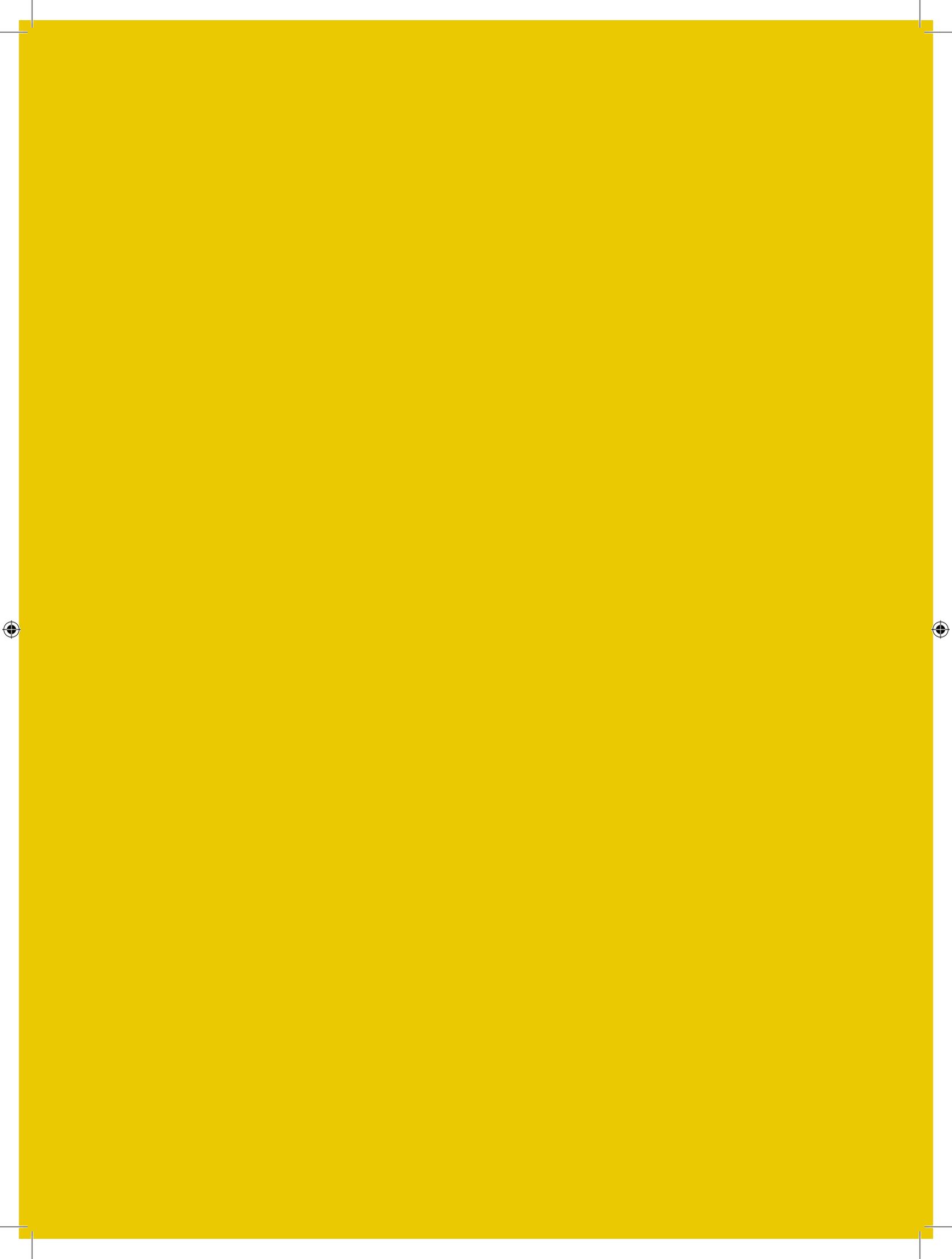
A Comissão Pedagógica tem como função primordial a construção do projeto político pedagógico do programa em parceria com escola agrotécnicas, escolas comunitárias, instituições de ensino superior públicas, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos atuantes no campo, movimentos sociais e sindicais que tenham experiência na realização de programas de Educação de Jovens e Adultos. Para garantir essa diversidade de experiências, sua composição deve garantir a presença desses atores.

Além dessa atribuição, a Comissão Pedagógica tem como responsabilidade:

1 – Dar parecer sobre a proposta de formação continuada das instituições de ensino superior públicas.

2 – Acompanhar o processo de formação continuada da instituição de ensino superior pública selecionada pela secad/CGEC.

3 – Realizar acompanhamento pedagógico dos educadores e coordenadores de turma.



Financiamento

12

Arquivo Comissão Pastoral da Terra



O ProJovem Campo – Saberes da Terra, compreendido como EJA enquanto modalidade de ensino, poderá ser financiado pelos recursos do fundeb, nas ações que se enquadram na previsão do art. 70 da LDBEN, pelos recursos a serem disponibilizados pelo MEC e por outros recursos a critério do ente proponente.

O Ministério da Educação apoiará financeiramente os Executores do Programa por meio do repasse aos mesmos no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) aluno/ano.

Os recursos serão repassados pelo FNDE por meio de transferência automática destinados à organização das turmas e poderão ser aplicados nas seguintes ações:

a – auxílio financeiro para deslocamento dos educadores e coordenadores de turmas para as formações realizadas pela IES pública;

b – contratação de educador da formação profissional;

c – aquisição de material para a qualificação social e profissional necessário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos “Projetos de Produção Agroecológica”, previsto no Projeto político pedagógico da proponente;

d – aquisição de gêneros alimentícios para o período Tempo/Escola;

e – acompanhamento técnico e pedagógico dos educandos no Tempo Comunidade;

f – transporte de educandos para a frequência aos locais de funcionamento das turmas;

g – certificação dos educandos;

h – viabilização do transporte dos educadores às comunidades dos educandos para acompanhamento do Tempo Comunidade.



12.1. PAGAMENTO DA BOLSA – AUXÍLIO FINANCEIRO

Conforme a Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, que regulamenta o ProJovem Campo – Saberes da Terra, será pago a título de bolsa o valor de R\$ 100,00 (cem reais), a cada dois meses, por jovem beneficiário(a).



Arquivo Saberes da Terra – Paraná

Arquivo MST



O recebimento do auxílio financeiro está condicionado à frequência mínima de 75% da carga horária, compreendendo tanto o Tempo Escola quanto o Tempo Comunidade. A frequência ao tempo comunidade é comprovada por meio da apresentação das atividades pedagógicas propostas pelos educadores(as).

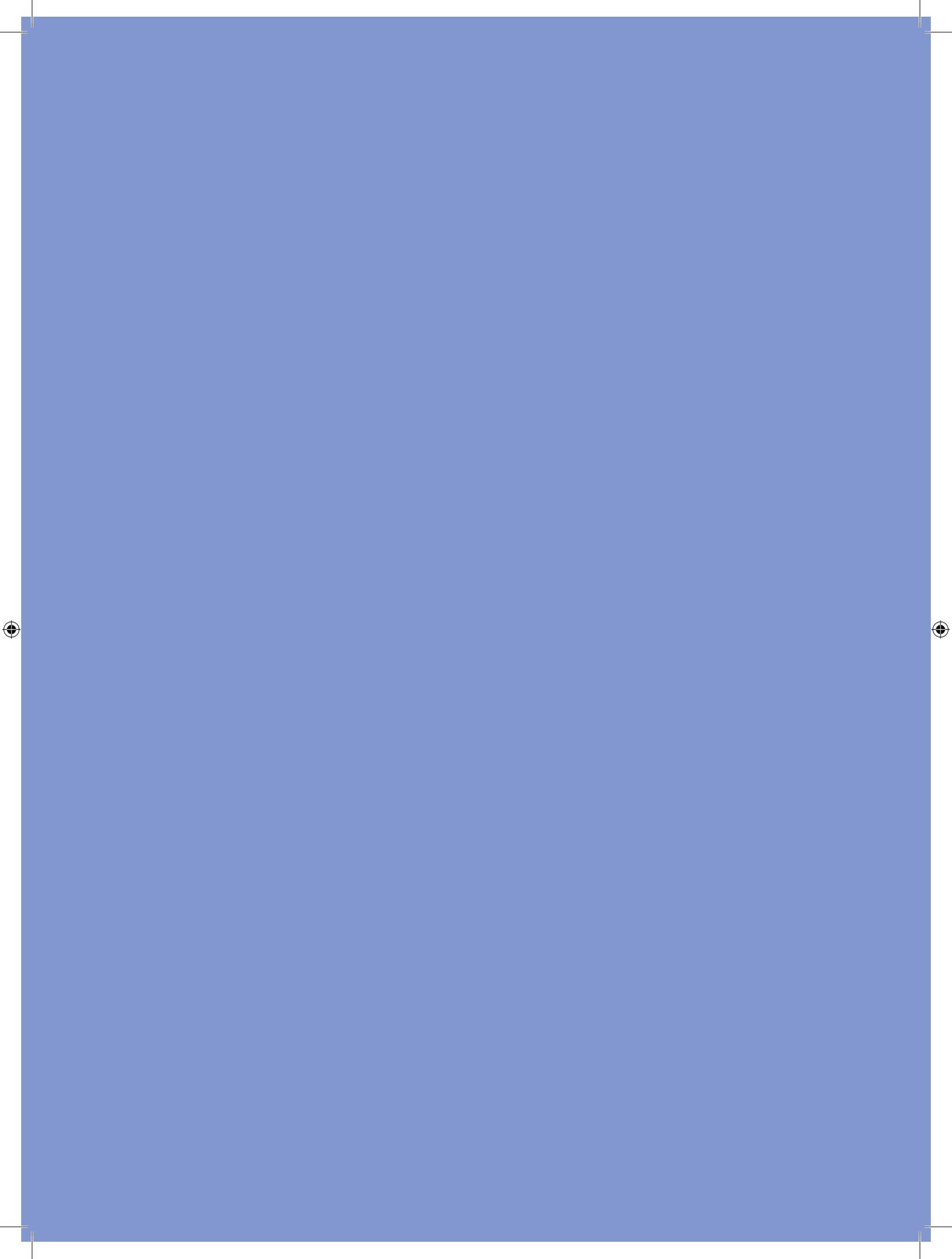
O pagamento do auxílio financeiro será realizado pelo Sistema de Gestão de Bolsas (–SGB) do Ministério da Educação, que consolida as informações das três instâncias da administração pública – federal, estadual e municipal – no levantamento de informações e acompanhamento do pagamento do educando(a).

Para a inserção do(a) educando(a) no SGB, são necessárias no mínimo três informações: nome completo, nome da mãe e CPF (Anexo II) O jovem integrante deve cumprir os requisitos, descritos no item 5, necessários à participação no programa.

No caso dos(as) educandos(as) que ainda não tenham o CPF, o ente executor deverá viabilizar meios para que o(a) educando(a) obtenha o documento.

Arquivo MST





Certificação

13

Arquivo Saberes da Terra/Santa Catarina

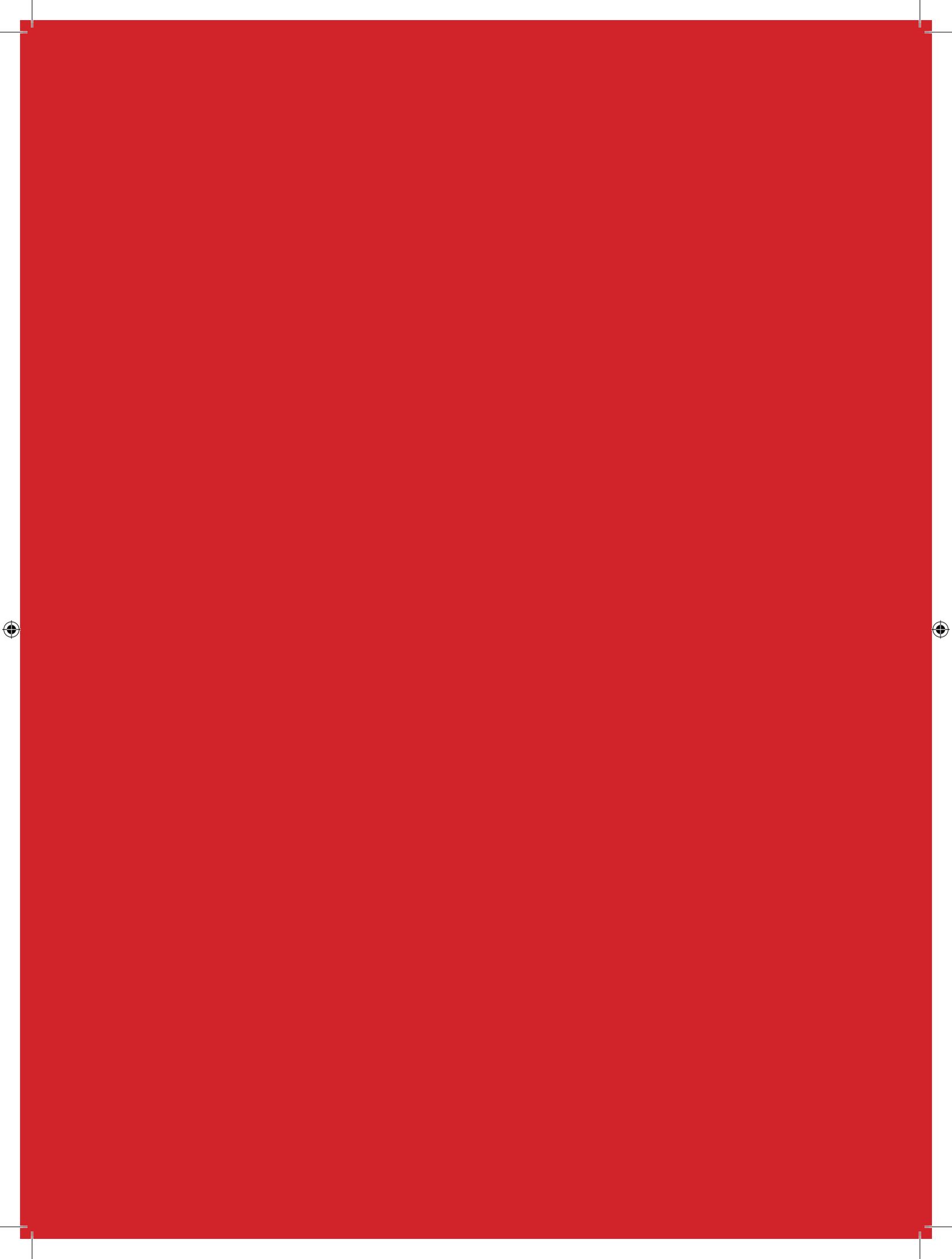


Observado o arcabouço legal vigente, terá o direito à certificação, o educando que concluir com aproveitamento o processo formativo e obtiver a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária.

Os concluintes do ensino fundamental receberão certificação em ensino funda-

mental com qualificação profissional Inicial em produção rural familiar.

A certificação estará sob responsabilidade das escolas agrotécnicas federais, Cefets Agrícolas ou por outra instituição de ensino designada pelo sistema de ensino, seguindo a regulamentação da instituição certificadora.



14



Inscrição, matrícula e organização das turmas

Serão de responsabilidade do(a) proponente a inscrição, a matrícula e a organização das turmas. Cada turma deve ser constituída de no mínimo 25 alunos e no máximo de 35 alunos.

Para inscrever-se no ProJovem Campo – Saberes da Terra, o interessado deverá:

- Ser alfabetizado, ou seja, apresentar domínio da leitura e da escrita e ter noções matemáticas (que possam ser detectados através de preenchimento de ficha de inscrição, pre-

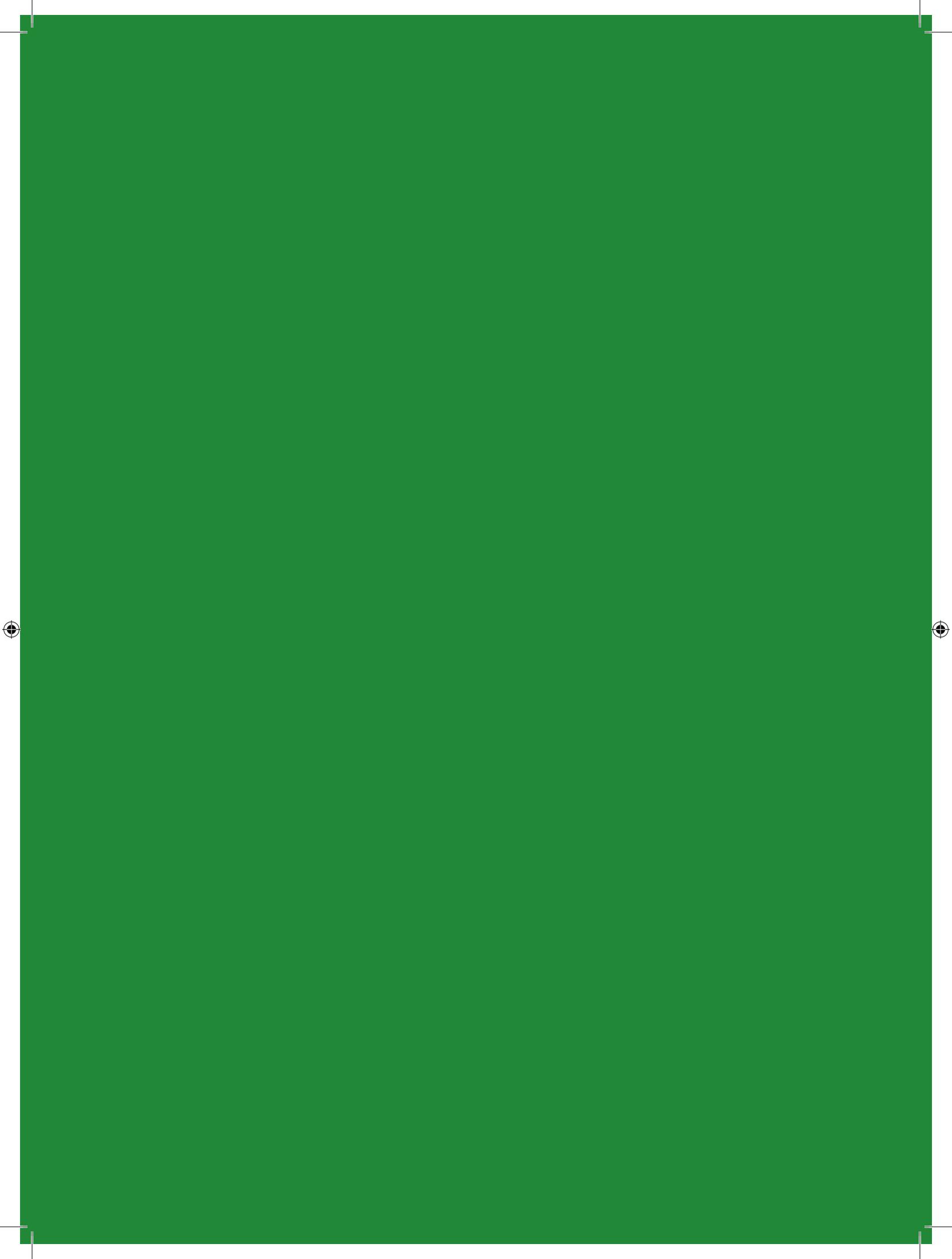
enchida pelo próprio interessado).

- ser agricultor familiar na faixa etária, entre 18 e 29 anos.

- Residir ou trabalhar nas regiões de abrangência do programa especialmente em municípios localizados nos Territórios de Cidadania.

- Não ter concluído o ensino fundamental.

- Não estar matriculado em curso regular.



Recursos humanos

15

Atuarão no programa: coordenadores, coordenadores de turma e educadores (professores e outros profissionais).

Os coordenadores de turmas terão como função a orientação, o planejamento e o acompanhamento das atividades pedagógicas realizadas pelos educadores. Cada proponente oferecerá como contrapartida um(a) Coordenador(a) de Turmas (a) que ficará responsável por até dez (10) turmas de educandos. O(a) coordenador (a) deverá ter como perfil:

- Ser educador(a) na rede pública ou contratado(a) por essa.
- Ter formação/habilitação em licenciatura.
- Ter experiência em EJA e em educação do campo.
- Ter disponibilidade para participar de formação continuada.
- participar em movimentos sociais e ou associações comunitárias locais.

O ente executor deverá selecionar 3 (três) educadores(as) por turma para atuarem na docência das áreas de conhecimentos, levando em conta os seguintes critérios:

- Serem, preferencialmente, educadores da rede pública.

- Terem formação superior em uma das áreas do currículo previsto neste programa: Linguagem Códigos e suas Tecnologias, Linguagem Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas).

- Terem disponibilidade para participar da formação, planejamento e execução das atividades previstas no programa.

- Participarem em movimentos e ou associações comunitárias locais.

- Terem experiência em Educação de Jovens e Adultos.

O ente executor deverá selecionar 1 (um) educador(a) da formação profissional, levando em conta os seguintes critérios:

- Ter formação superior em Ciências Agrárias. Excepcionalmente, admitir-se-ão técnico da área das Ciências Agrárias ou educadores(as) com reconhecido saber em agricultura familiar.

- Ter disponibilidade para participar da formação continuada, planejamento e execução das atividades previstas no programa.

- Participar em movimentos e/ou associações comunitárias.

- Ter experiência em projetos educacionais.



Materiais didáticos publicações

16

Os materiais didático-pedagógicos são referenciais nacionais e materiais construídos nos estados na perspectiva de se garantir a especificidade e diversidade do campo brasileiro na escolarização de jovens agricultores familiares.

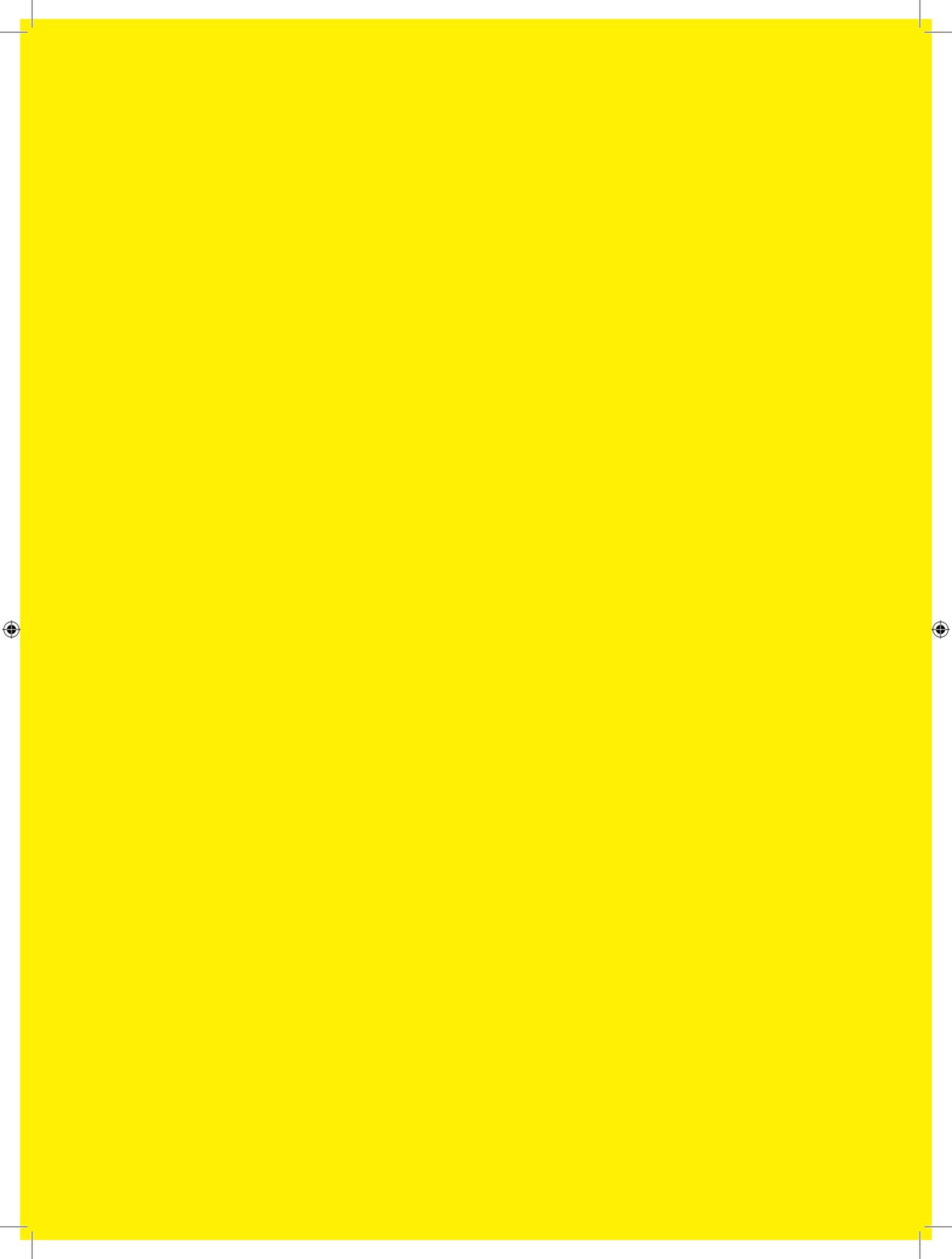
Os referenciais nacionais serão compostos de um conjunto de Cadernos Pedagógicos Nacionais organizados por Eixos Temáticos. Para cada Eixo Temático haverá um caderno do educador e outro do educando, assim organizados:

1. O Caderno do educando é material de leitura para viabilizar a compreensão geral da temática a ser trabalhada no eixo temático e como este dialoga com o complexo da agricultura familiar.

2. O Caderno do educador servirá de roteiro para construção do percurso formativo a partir da matriz curricular do saber: construção da ementa; pesquisa e diagnóstico; socialização da pesquisa e

problematização; definição das aprendizagens significativas; estratégias e atividades didáticas; avaliação do processo; sistematização. Esse material possui diretrizes gerais, conteúdos mínimos, possibilidades de estratégias pedagógicas e exemplos de experiências desenvolvidas por educadores.

Os materiais produzidos pelos estados deverão tomar como referência os Cadernos Pedagógicos Nacionais e se constituirão também como subsídios para o aprofundamento dos conteúdos básicos das diversas áreas do conhecimento. Esses materiais deverão ser construídos envolvendo, educadores, coordenadores e educandos, considerando a realidade local e regional, numa parceria entre os sistemas estaduais e municipais de ensino, escolas agrotécnicas, IES públicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos do campo, com experiência nos temas previstos no currículo do programa.



17

Referências
Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Por um tratamento público da educação do campo*. Por Uma Educação do Campo, Brasília, n. 5, p. 91-108, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

_____. Congresso Nacional. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5154/2004

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11 aprovado em 10 de maio de 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas

do campo. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

_____. Ministério da Educação. Educação de jovens e adultos. (s.d.). (mimeo).

_____. Ministério da Educação. Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. (2004).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Proposta técnica de intercâmbio de experiências inovadoras de educação e cultura para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável. (s.d.). (mimeo).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Qualificação: termo de referência em economia solidária. (s.d.). (mimeo).

_____. (2003). Plano Nacional de Qualificação: 2003-2007.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2005). Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária. (mimeo.)

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. (2005). Projovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária.

_____. Coleção Educação para Todos. Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). (2004). *Declaração de Hamburgo sobre educação de Adultos – V Confitea*. Brasília: UNESCO/MEC.

CARNEIRO, Maria José. (2005). *Juventude rural: projeto e valores*. (mimeo.)

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL. (2001). *Terra Solidária: projeto político pedagógico*. (Org. Joana Célia dos Passos). Florianópolis: Escola Sindical Sul da CUT.

GIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Editora Ática. 1990.

_____. (2005). Projeto Terra Solidária de educação integral para a agricultura familiar.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2000). Censo Demográfico.

_____. (2001). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

INEP. Economia solidária e educação de jovens e adultos / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 2005. 104p.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 411, de 28 de dezembro de 2007.

PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Secretaria de Educação e Cultura do Pernambuco, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. Paraná, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. UNDIME – Pará, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. UNDIME – Minas Gerais, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. UNDIME – Rondônia, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Secretaria de Educação de Santa Catarina, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Secretaria de Educação do Maranhão, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Secretaria de Educação do Piauí, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SABERES DA TERRA. Secretaria de Educação da Bahia, 2005.